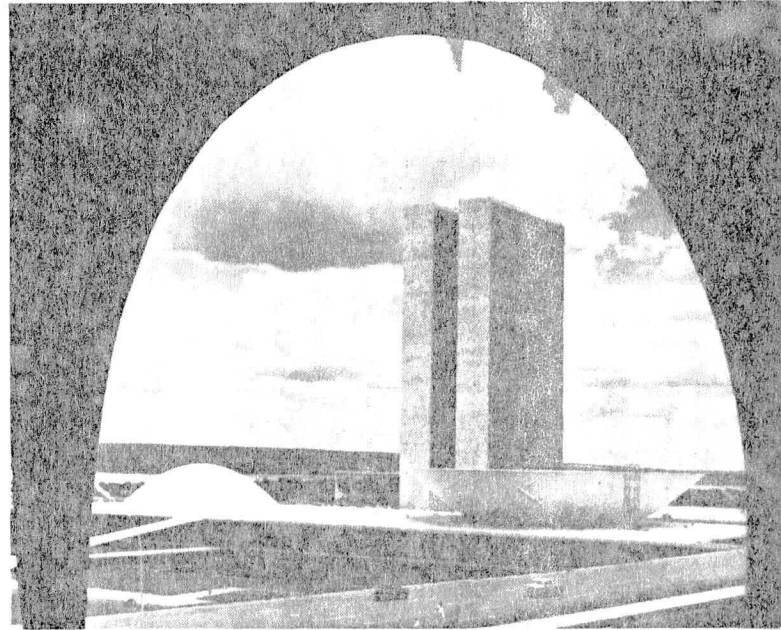
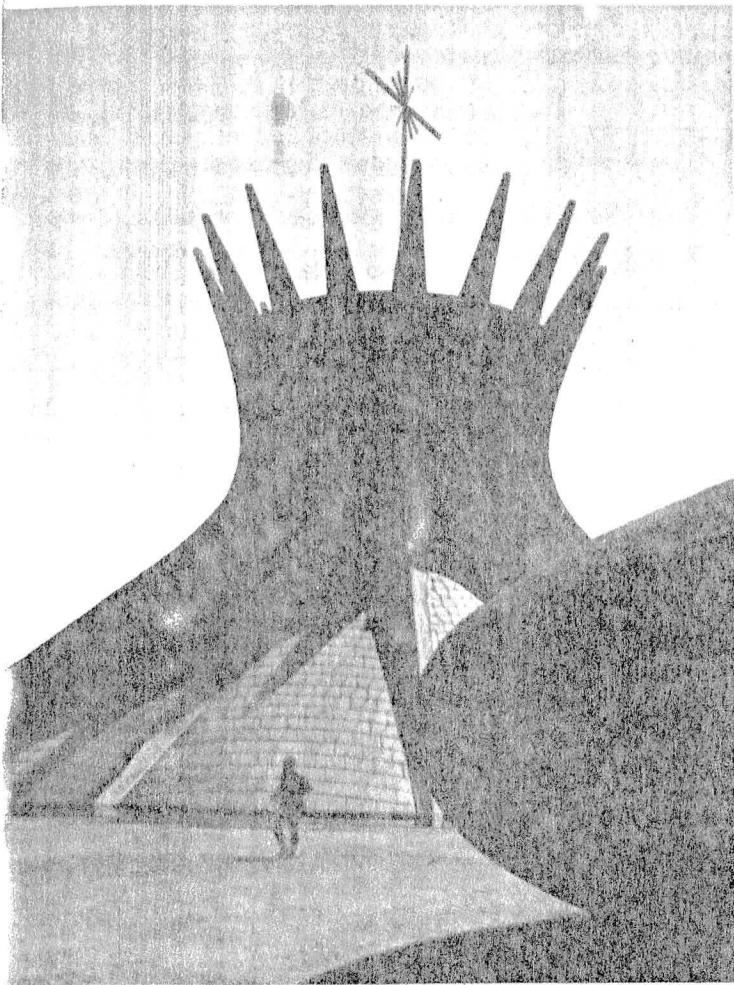
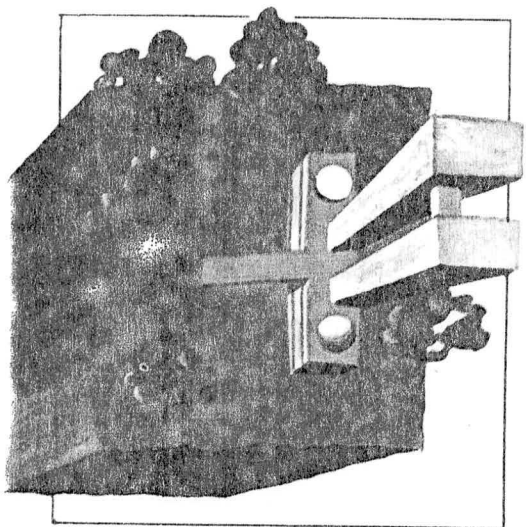


Brasília hoje é uma realidade, superou a fase de construção e consolidou sua posição de centro político e administrativo do país. Agora, procura tornar-se mais humana, oferecendo condições dignas de vida e trabalho para a sua população



FUTURO



Capital da República, inaugurada em 21 de abril de 1960, Brasília situa-se no Distrito Federal, uma área retangular de 5.814 km² encravada no Estado de Goiás e tocando, no seu ângulo sudeste, a divisa de Minas Gerais. O território do Distrito Federal é limitado ao norte e ao sul, respectivamente, pelos paralelos 15°30' e 16°03' de latitude sul, e a leste e oeste pelos rios Preto e Descoberto.

Localiza-se numa altitude média de 1.100 m, o que ameniza seu clima tropical. A temperatura média anual é de 20°C e a máxima registrada já chegou a 33,3°C, enquanto a mínima absoluta desceu a 8° C. A umidade média do ar é geralmente baixa, compreendida entre 40% e 80%, caindo eventualmente até 20%. As precipitações pluviométricas somam em média 1.675 mm, concentrando-se porém nos meses de novembro a abril.

Sua topografia é típica de planalto, com ondulações muito suaves, exceto ao norte, onde os rios que correm para o vale do Paranoá cavaram um entalhe profundo. Nessa área, os afloramentos de calcário dão origem a solos férteis, quando suficientemente úmidos. A vegetação é característica dos cerrados, composta de tufo de árvores retorcidas de, no máximo, 10 m de altura e grandes áreas de plantas rasteiras.

Sua concepção urbana é resultado de um concurso público vencido pelo arquiteto Lúcio Costa, assentando-se so-

bre dois eixos que se cruzam, assumindo a forma de um avião. O eixo na posição leste-oeste tem em seus extremos a Praça dos Três Poderes e a torre da televisão e, no cruzamento com o eixo norte-sul, a plataforma rodoviária.

O eixo monumental separa as asas norte e sul, onde se localizam os conjuntos residenciais, agrupados em superquadras independentes quanto a comércio e equipamentos de educação e lazer. De maneira geral, procurou-se setORIZAR as atividades econômicas — comércio, hotelaria, radiodifusão, etc. — em espaços independentes.

Em torno do Plano Piloto, que constitui o centro da cidade, localizam-se as cidades satélites e outros núcleos urbanos, a distâncias que variam de 10 a 56 km. Segundo os dados do censo de 1970, o Distrito Federal registrava uma população de 546.015 habitantes, dos quais 96% moravam em áreas urbanas. O Plano Piloto abrigava 236.477 moradores (43,3% do total) e os restantes distribuíam-se entre os demais grupos, sendo os mais populosos, pela ordem, Taguatinga, Gama, Sobradinho, Guará e Planaltina.

As estimativas para 1980 apontam a existência de 1,2 milhão de habitantes no Distrito Federal, dos quais 500 mil moram no Plano Piloto e 700 mil nas cidades satélites. Essa explosão demográfica é resultado das correntes migratórias, que, intensas e desejadas durante a construção da cidade, se tornaram incontroláveis depois da inauguração.

Diante dessa situação, Brasília mostra hoje contrastes tão acentuados quanto os centros mais industrializados do país; à opulência do Plano Piloto opõe-se a pobreza dos núcleos periféricos, entre os quais se destaca Ceilândia, uma imensa favela com quase 200 mil habitantes. Ali não existe rede de esgotos e a falta de água é um problema crônico.

Embora empenhado em resolver esses problemas, o Governo do Distrito Federal não dispõe de verbas suficientes e, por isso, pretende atacar a causa dessa concentração humana excessiva desestimulando as migrações e auxiliando os que, sem ocupação, desejam voltar às suas regiões de origem.

Outro problema crucial nos dias de ho-

je é o do menor carente, com influência direta sobre os índices de violência e criminalidade. Entretanto, também esse setor se ressentiu da escassez de recursos financeiros: no ano passado, a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor destinou às entidades assistenciais do Distrito Federal apenas 50 milhões de cruzeiros.

Aspectos econômicos

Quando Lúcio Costa elaborou o plano urbanístico de Brasília, imaginava que a capital federal, instalada num vazio geográfico e econômico no centro do país, serviria de centro irradiador de progresso para as regiões circunvizinhas. O tempo e as migrações incontroláveis encarregaram-se, nestes vinte anos, de construir uma realidade bem diferente.

Sem uma estrutura bem organizada nos setores primário e secundário, capaz de gerar empregos em número suficiente e com uma disponibilidade de serviços em padrões altamente superiores aos das regiões de origem da população periférica, Brasília teve seus equipamentos urbanos sobrecarregados. Isto, naturalmente, provocou uma deterioração no padrão de serviços e até mesmo uma mudança em sua filosofia urbana. Ou seja, na medida em que precisa atender a necessidades emergentes e não previstas, Brasília se vê ameaçada em sua funcionalidade como centro político e administrativo do país.

O maior problema é a falta de empregos. A construção civil, única atividade (além da administração pública) que absorvia considerável quantidade de mão-de-obra, entrou em ritmo decrescente; o comércio abriga 10% da população economicamente ativa, enquanto a agricultura é responsável por cerca de 1% dos empregos.

Apesar dos projetos relativos à produção de hortigranjeiros para consumo interno e do cultivo dos cerrados, as atividades agrícolas não comportam uma grande expansão.

O Governo do Distrito Federal elaborou um programa cujo objetivo final, em poucas palavras, é constituir em torno do Distrito Federal um anel de

BRASÍLIA, CONFIANÇA NO

comunidades progressistas, capazes de abrigar atividades econômicas e gerar empregos em quantidade suficiente para deter o fluxo migratório que se dirige a Brasília.

Esse projeto, chamado Programa Especial da Região Geo-Econômica de Brasília (PERGEB), envolve diretamente os governos da União e dos Estados de Goiás e Minas Gerais, onde se localizam as cidades diretamente atingidas pela influência da capital da República.

Segundo as potencialidades de cada uma dessas áreas, propiciando o aparecimento de indústrias e serviços de natureza local, serão aplicados recursos em infra-estrutura, estradas e outros meios que facilitem o desenvolvimento global da região. Assim, estariam sendo alcançados dois objetivos: a preservação de Brasília como centro político-administrativo e a melhoria das condições de vida da população.

Ainda dentro do setor econômico, devem ser mencionados em particular alguns resultados animadores conseguidos nos últimos tempos: a dependência externa de Brasília no abastecimento de hortigranjeiros, que era de 64% há pouco mais de um ano, caiu consideravelmente. Hoje, o Distrito Federal produz 70% de suas necessidades no setor. Além disso, começa a estruturar-se um amplo esquema de formação de estoques de produtos básicos, que terá como principal consequência considerá-

vel redução no preço final ao consumidor. Ao mesmo tempo, o Governo procura dar aos agricultores melhores condições de comercialização das safras.

A viabilidade da agricultura nos cerrados já está perfeitamente demonstrada; prova disso são os índices de produtividade conseguidos pelas culturas de soja, arroz, trigo e alho desenvolvidas no Distrito Federal, superiores à média nacional. Para completar esses programas nas áreas de agricultura e abastecimento, o Governo planeja ao mesmo tempo uma rede de estradas ligando centros produtores e consumidores, com 200 km de extensão.

Aspectos sociais

Dois aspectos fundamentais em termos de atendimento à população foram previstos no planejamento de Brasília em moldes originais, como convinha a uma nova capital: educação e saúde. No setor educacional, propôs-se uma estrutura modelar tanto no aspecto físico quanto na forma de aprendizado. Para cada superquadra, deveria haver um jardim de infância e uma escola-classe; para cada grupo de quatro superquadras, haveria uma escola-parque e, para cada grupo de 30 mil habitantes, um centro de ensino médio. O aprendizado deveria seguir uma escala igualmente bem programada, com jornadas de oito horas na fase elementar (divididas entre a escola-classe e a esco-

la-parque), que teria duração de seis anos. O ensino médio, para os jovens entre onze e dezoito anos, seria ministrado nos centros de educação, onde haveria condições para completo desenvolvimento nos setores artístico, cultural e desportivo.

Em números absolutos, ou mesmo em índice de escolaridade, Brasília ostenta hoje condições de primazia no Brasil: a rede oficial conta com 352 unidades escolares, atendendo a cerca de 243 mil alunos, e a Universidade de Brasília tem matriculados cerca de 9 mil estudantes. Além disso, há uma ampla rede de estabelecimentos particulares, tanto no ensino médio quanto no superior.

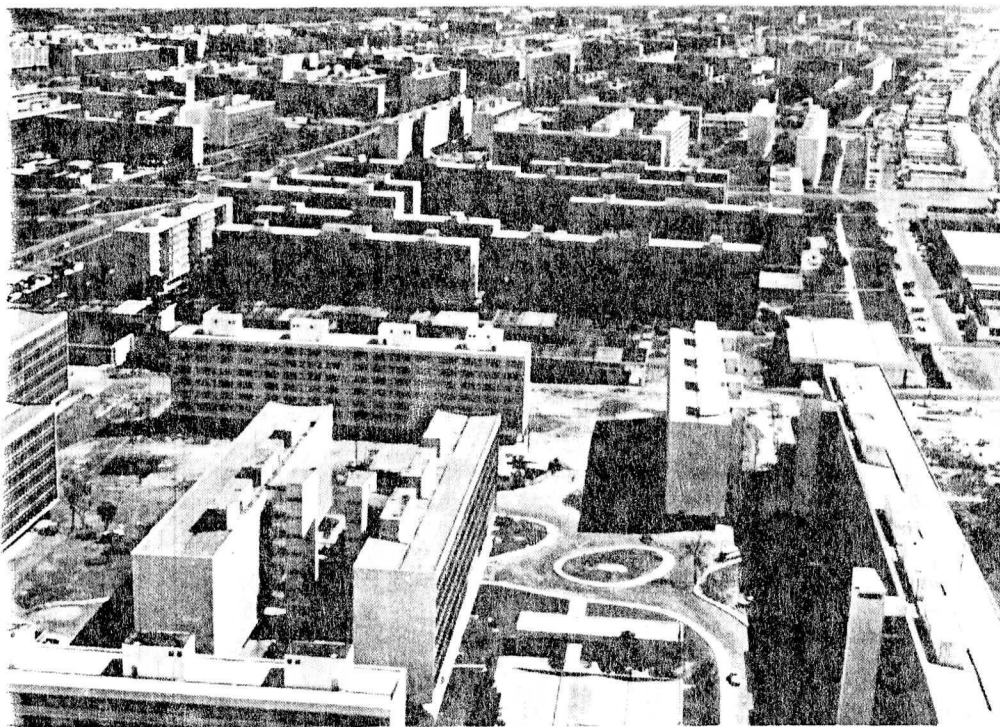
Está claro, porém, que o setor não passaria incólume pela distorção gerada pelos fluxos migratórios. A pressão populacional fez a demanda superar rapidamente o ritmo de construção de novas salas de aula e a concentração maciça da população de baixa renda (à qual o atendimento é prioritário) nas cidades satélites transferiu a ênfase da abertura de novas vagas para a periferia.

Isso deixou campo para que a demanda no Plano Piloto fosse suprida em proporção cada vez maior pelos estabelecimentos particulares. De qualquer forma, o Governo do Distrito Federal está consciente da situação e estabeleceu como meta prioritária o atendimento obrigatório à população de sete a catorze anos.

Do ponto de vista cultural, Brasília é um campo extremamente favorável, dada a presença de contingentes humanos das mais diversas procedências, o que proporciona oportunidade única para a troca de experiências. Registrou-se, porém, uma tendência para concentração da oferta de bens culturais destinados a uma elite minoritária existente no Plano Piloto.

Tanto, que toda a ênfase dos organismos especializados da Secretaria de Educação e Cultura está voltada para a popularização da cultura, tornando-a acessível aos moradores da periferia. No plano das realizações artísticas, Brasília já conta com salas de espetáculos de elevado nível e promove anualmente eventos de repercussão nacional, como o festival de cinema e os encontros de escritores e compositores.

No setor médico-hospitalar, o Governo do Distrito Federal mantém atualmente um hospital de base, cinco hospitais regionais, um hospital psiquiátrico, quatro postos de saúde, um centro inter-escolar e outro de orientação médico-pedagógica. A estrutura assistencial é completada por unidades mantidas por empresas particulares e entidades



Explosão demográfica levou equipamentos urbanos a um ponto próximo da saturação

de classe. Em Brasília estão concentra- dos 59,3% do total de leitos hospitala- res, distribuindo-se os 40,7% restantes pelas cidades satélites.

Transporte e turismo

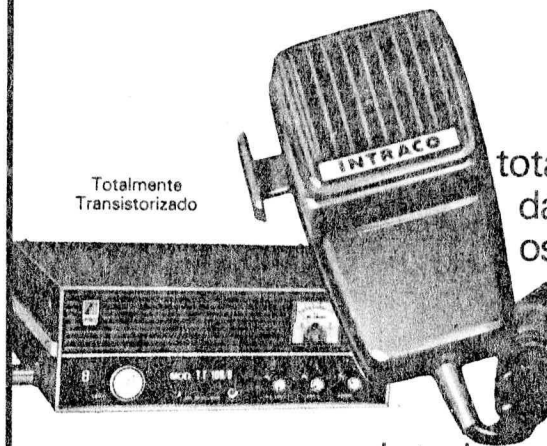
Não ignorando os problemas que se acumularam durante vinte anos, o Go- verno do Distrito Federal está cuidan- do com especial atenção do sistema de transportes, quer interno quer de liga- ção com as cidades satélites. Um pro- grama prioritário, elaborado mediante convênio com o Ministério dos Trans- portes, começou a ser posto em prática a partir de 1979, abrangendo vários aspectos.

Entre eles estão a interligação das aven- idas das asas norte e sul; mudança de terminais para que os passageiros pro- cedentes das cidades satélites não se- jam obrigados a tomar duas condu- ções; renovação da frota de ônibus (até 1981 serão comprados 724 veículos no- vos); destinação de faixas exclusivas para coletivos nas vias principais e mu- dança do terminal de ônibus interesta- duais para a nova estação rodoferro- viária, ficando o terminal atual para as linhas urbanas.

Meios de locomoção alternativos, co- mo os táxis coletivos e o transporte de vizinhança, estão sendo incentivados, de forma a amenizar a dependência, por parte da população, do automóvel e, ainda, reduzir o consumo de com- bustível, contribuindo para a economia do país.

Quanto ao turismo, é uma atividade que vem experimentando grande pro- gresso em Brasília, podendo no futuro trazer resultados compensadores em termos financeiros. A sua concepção urbana é sempre motivo de curiosidade para brasileiros e estrangeiros, e suas construções constituem exemplares ar- quitetônicos de grande arrojo e beleza. Do marco histórico da fundação da ci- dade aos seus museus e palácios, à ca- tedral e ao Teatro Nacional, há uma re- lação imensa de pontos atrativos, cuja enumeração detalhada, aqui, se torna- ria cansativa. No momento, o Departa- mento de Turismo do Distrito Federal cuida da capitalização desse potencial, tornando o turismo uma atividade ren- dosa e capaz de trazer benefícios con- cretos para a população, inclusive em termos de empregos. Entre as promo- ções organizadas, destacam-se espe- cialmente os festejos natalinos, incenti- vados no ano passado pelas autorida- des governamentais, com o intuito de tornar Brasília conhecida como a "ca- pital brasileira do Natal".

Imagine esta região sem comunicação...



Totalmente Transistorizado

O TT/109, transceptor totalmente transistorizado da INTRACO, é a "Voz e os Ouvidos" para muitos dos órgãos públicos, empresas e autarquias que operam na região Centro Oeste, centro de todos os Poderes da República.

Vice-Presidência da República

Ministérios:

Interior
Agricultura
Justiça
Saúde
Indústria e Comércio

ENERSUL - CELG - CODEMAT - METAMAT
DETELMAT - EMATER (MT)

Secretarias Região Centro-Oeste

Segurança, Fazenda e DER's:
de MT - MS e GO.

Polícia Militar - MS e GO

Mas, não é apenas nesta região que a INTRACO atua: O TT/109 é largamente utilizado de Norte a Sul do País, garantido pela mais ampla rede de assistência técnica.

Representantes na região:

Campo Grande - (F. 383-5402)
Goiânia - (F. 233-2080)

Cuiabá - (F. 321-5348/2575)
Brasília - (F. 244-6797/6613)



INTRACO

Telecomunicações INTRACO - Indústria e Comércio Ltda.
Rua Costa Aguiar, 1279 - tel. 274-7022 - CEP 04204 - São Paulo - SP
Telex (011) 33062 - TIIC - BR

História

INTERIORIZAÇÃO, UM SONHO DESDE O COMEÇO

DISTRITO FEDERAL/continuação

□ No dia 21 de abril de 1980, Brasília completou 20 anos. Tem, portanto, uma história breve, marcada por poucos fatos compartilhados com os momentos críticos da vida nacional, exceto talvez aqueles anos que precederam a Revolução de 1964. Isso é o que aparece diante daqueles que se dispõem a estudar a cidade a partir de sua inauguração; mas, como ideal, a capital do Brasil localizada no interior do país está presente praticamente desde o início da colonização e constitui, por si só, uma parte da história da nação. Os fatos que marcaram a transferência do centro de decisões do litoral para o interior estão aqui resumidos com base no levantamento da Enciclopédia Mirador Internacional. É atribuída ao Marquês de Pombal a idéia mais antiga que se conhece de transferir a capital do Brasil para o interior, mas não como sede do governo da colônia e sim do próprio reino de Portugal. Diz-se que foi sugerida a região amazônica para sua localização, mas não há evidências disso. A interiorização da capital foi também um objetivo dos inconfidentes mineiros, assim como do rei Dom João VI, que não se satisfaz com as condições oferecidas pelo

Rio de Janeiro quando para essa cidade transferiu a corte, em 1808.

Entretanto, a mudança como forma de separar as atividades político-administrativas do intenso movimento existente na metrópole foi sugerida pela primeira vez pelo desembargador paulista Antônio Rodrigues Veloso de Oliveira, em 1810. A localização num ponto central do Brasil é citada pelo Barão do Rio Branco como um projeto dos revolucionários da Confederação do Equador (1824).

Mas, desde 1813, Hipólito José da Costa já defendia a mudança em seu *Correio Braziliense*, tese que sustentou continuamente até que, em 1821, José Bonifácio chegou a preparar uma minuta com instruções para os deputados paulistas defenderem a idéia junto às Cortes de Lisboa.

Independência

Em 1822, aparece pela primeira vez o nome de Brasília, aliás um dos que José Bonifácio preferia (o outro era Petrópole). A escolha do local exato (entre os paralelos 15° de latitude sul e 48° de longitude oeste) é atribuída a Ritter von Schaffer, em carta dirigida no mesmo ano de 1822 a José Bonifácio.

O Visconde de Porto Seguro foi, talvez, a primeira personalidade nacional a transformar a mudança da capital para o interior numa causa, fazendo numerosos pronunciamentos a respeito. Primeiro, ele preferia São João del Rey, mas acabou convencendo-se das vantagens do Planalto Central.

O resultado de sua campanha foi a apresentação ao Senado, em 1852, por Holanda Cavalcanti, do primeiro projeto propondo a construção de uma capital no centro do país.

República

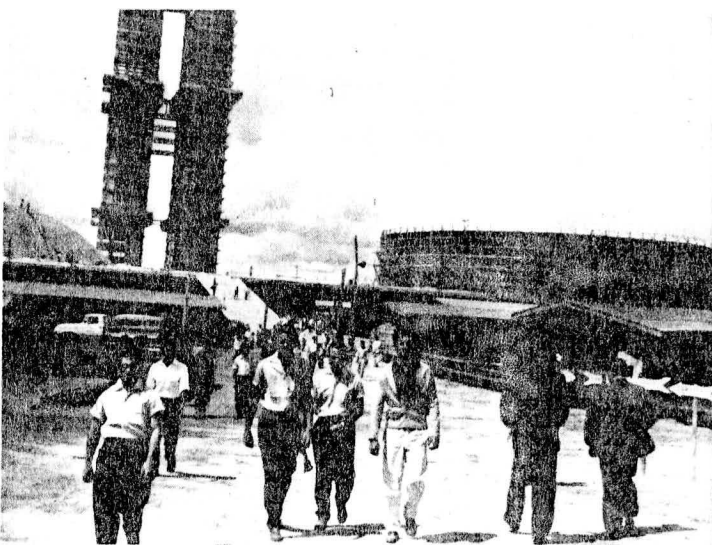
O anteprojeto da primeira

Constituição Republicana admitia a mudança da capital em seu artigo 2º do título I, ao reservar uma área com essa finalidade no Planalto Central. Só que não havia uma determinação nesse sentido e sim uma opção. As discussões que se seguiram levaram o Congresso a decretar a mudança e a escolha do nome da capital — Cidade de Tiradentes —, que se localizaria numa área de 14 mil km², apropriada pela União no Planalto Central, determinação consagrada no artigo 3º da Constituição de 1891.

Em 1892 foi constituída a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, liderada pelo então chefe do

Observatório Nacional, Luís Cruls. O presidente Floriano Peixoto declarava-se disposto a cumprir a determinação constitucional, "nem que o Governo tivesse de se instalar em barracos".

Mas isso não ocorreu, apesar de a comissão ter concluído a demarcação de uma área de 14.400 km² no Estado de Goiás, que ficaria conhecida como "quadrilátero de Cruls". Não obstante os vários projetos apresentados nos anos seguintes, a comissão foi extinta em 1897, sem que nenhuma providência concreta para mudança da capital chegasse a ser tomada. Tanto que, dois anos depois, o deputado Sá Freire propôs



a instalação da capital na recém-inaugurada Cidade de Minas (Belo Horizonte). Durante o Governo Rodrigues Alves, a questão foi esquecida, dando-se ênfase ao saneamento do Rio de Janeiro. Os debates públicos começaram em 1911, quando projeto do deputado Eduardo Sócrates determinou a abertura de concorrência pública para construção da cidade. Em 1919, projeto de Justo Chermont fixava o prazo de dois meses para realização dessa concorrência. Em 7 de setembro de 1922, como parte das comemorações do Centenário da Independência, foi inaugurada no Planalto Central a pedra fundamen-

tal da futura capital federal. As constituições de 1934 e 1937 continuaram fazendo referência à nova capital, da mesma forma que os presidentes da República que se sucediam no poder se manifestavam favoravelmente a ela. Mas só a Constituição de 1946 acrescentava algo à simples menção da mudança, determinando que se constituísse uma comissão de estudos.

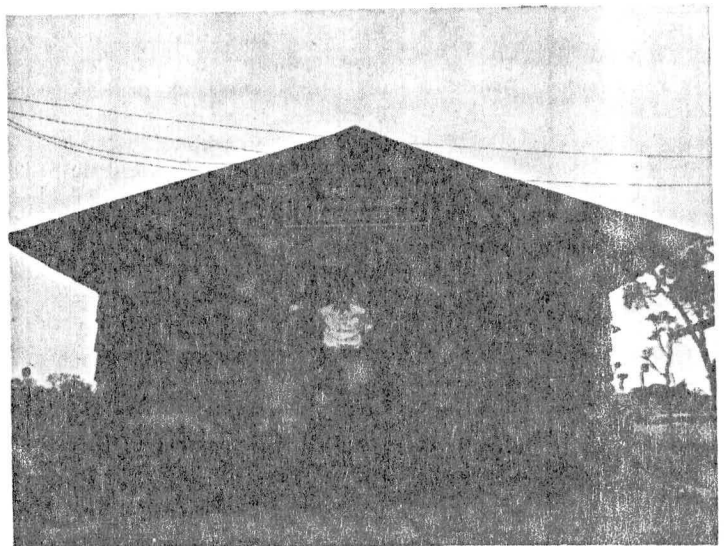
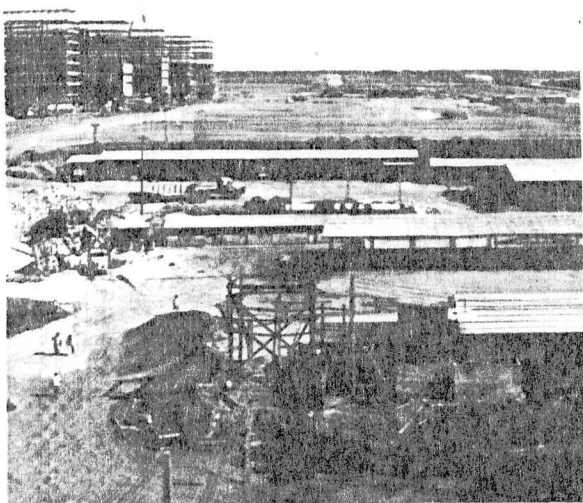
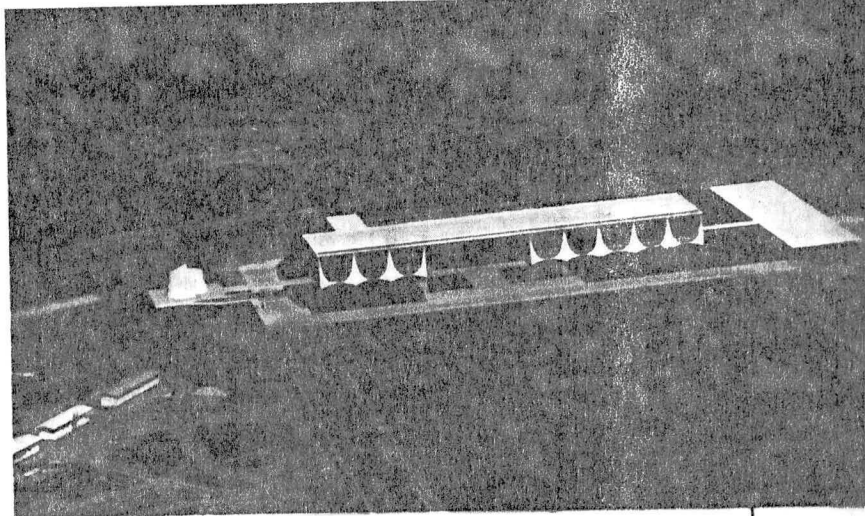
Enfim, a cidade

Essa comissão foi efetivamente nomeada pelo presidente Eurico Dutra. O nome de Brasília já estava, então, consagrado, mas não oficializado. Novos debates

sucederam-se em torno dos estudos recém-realizados, que levaram às mesmas conclusões de Luís Cruls. Só que, quando a matéria foi discutida na Câmara dos Deputados, o relator resolveu propor outro local, fora do Planalto Central.

Em 1953, Getúlio Vargas nomeou nova comissão, presidida pelo general Aginaldo de Castro, que contratou um levantamento aéreo do "quadrilátero de Cruls" com a empresa norte-americana Donald Belcher and Associates Incorporated. Já no Governo Café Filho, a comissão, então chefiada pelo marechal José Pessoa, escolheu uma área de 5.850 km², entre os rios Preto e

Durante 41 meses, o Planalto Central transformou-se num imenso canteiro de obras. E aos poucos iam surgindo os monumentos arquitetônicos que, ainda hoje, constituem o aspecto mais marcante de Brasília.



Descoberto e os paralelos 15°30' e 16°03' de latitude sul, abrangendo parte dos municípios goianos de Planaltina, Luziânia e Formosa.

Desde sua campanha eleitoral, Juscelino Kubitschek de Oliveira, que assumiria a Presidência da República em 31 de janeiro de 1956, já se manifestava preso à obrigação constitucional de transferir a capital do Brasil para o interior.

Em abril do ano de sua posse, ele assinou em Anápolis, Goiás, a mensagem acompanhando projeto de lei que delimitava a área do Distrito Federal no Planalto Central e criava a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap). Esse projeto transformou-se na Lei 2.874, de 19 de setembro de 1956, que, em seu último artigo, sacramentou o nome da nova cidade: Brasília. A comissão de planejamento foi extinta e publicaram-se editais para elaboração do plano piloto, que ficou a cargo do arquiteto Lúcio Costa. As obras de terraplenagem começaram em novembro de 1956, e a construção foi comandada por Oscar Niemeyer. Apesar de toda a campanha adversa, das críticas à forma como se processava a construção e da insatisfação dos que atribuíam à obra tudo de mal que acontecia ao país, em 41 meses a cidade foi considerada pronta em seus equipamentos básicos. Em 21 de abril de 1960, finalmente, deu-se a inauguração.

Economia

O IMPORTANTE É OFERECER EMPREGO A TODOS

■ Na carta-relatório em que Lúcio Costa descreveu o projeto vitorioso do plano piloto de Brasília, registrava-se que a cidade não surgia como resultado do planejamento regional, mas seria a causa desse planejamento, pois não se poderia conceber que um moderno centro urbano viesse a se consolidar sem uma dinâmica de interação com a periferia, que lhe serviria de suporte sócio-econômico.

Entretanto, o surgimento e a rápida expansão de um mercado consumidor de alto poder aquisitivo, em local quase despovoado e de agricultura extensiva e de auto-subsistência, acabaram provocando uma desarrumação geral no sistema econômico da área, na medida em que, principalmente em relação à produção de alimentos, não se conseguiu espontaneamente um dimensionamento suficiente para responder às crescentes solicitações do Distrito Federal e da própria região.

Até metade da década de 70, o quadro sócio-econômico do Distrito Federal e sua área de influência direta caracterizou-se por uma acumulação de problemas. Entre eles, destacam-se: concentração demográfica em ritmo exagerado; pressão crescente sobre o equipamento social urbano; evolução descontinua da construção civil, gerando acentuada flutuação no mercado de trabalho; insuficiência da estrutura produtiva das áreas periféricas, em termos de abastecimento, criando uma dependência a outras regiões do país e com implicações no nível do custo de vida; impacto dos padrões na prestação de serviços no Distrito Federal, em face do baixo nível ou sua total inexistência na periferia, pro-

vocando insuportável ônus sobre o orçamento local. É verdade que outro dos propósitos da mudança da capital — o aceleração da ocupação de extensas áreas interiores — realizou-se em parte, criando-se um forte pólo de atração no Centro-Oeste. Contudo, não se observaram os cuidados de um planejamento regional de amplas perspectivas, verificando-se um desproporcional crescimento urbano do Distrito Federal. Em resumo, pelo menos em relação à capital e sua periferia próxima, não se pode dizer que a política de desenvolvimento regional tenha produzido os resultados pretendidos. Ao contrário, esse desenvolvimento tornou-se mais concentrado, quando o que se pretendia era propagá-lo para toda a região.

Estágio atual

Inserida num quadro regional de profundos contrastes, Brasília desenvolveu sua economia baseada no setor terciário, cujo objetivo principal é viabilizar e complementar o desempenho da administração pública. As atividades dos setores primário e secundário, embora não estagnadas, são inexpressivas. As exceções ficam por conta da construção civil, ainda que sujeita a constantes mutações, e de recentes experiências no cultivo do cerrado para produção de alimentos, sem prometer expansão a nível econômico significativo.

Hoje, a população economicamente ativa do Distrito Federal agrupa-se desta forma: setor primário, 4.800 pessoas; secundário, 38 mil; terciário, 204.500. Esses números, confrontados com o crescimento demográfico da cidade, causam profunda preocupação.

Mesmo superadas as fases de construção, transferência dos serviços públicos, implantação e consolidação da nova capital, que exigiram a participação maciça de tra-

balhadores, desde os braços aos burocráticos, o processo de atração populacional persiste, num ritmo comparável ao de São Paulo. E um dos aspectos mais relevantes no estudo das características demográficas de Brasília é a predominância de jovens, o que significa maior pressão na demanda de empregos.

E mais: estima-se que a população continuará se expandindo a taxas superiores às do crescimento vegetativo, superando, nos próximos dez anos, as possibilidades físicas de assentamento. Tal previsão não leva em conta a ocorrência de fenômenos aleatórios nos fluxos migratórios, o que ressalta a necessidade de se adotarem medidas restritivas a esse movimento.

De outra forma, Brasília deixaria de cumprir uma das finalidades de sua criação: atenuação dos desequilíbrios regionais, concorrendo, ao contrário, para exarcebá-los. A própria funcionalidade da capital estará em risco, a menos que ocorram alterações na estratégia político-administrativa que vem sendo adotada.

Emprego: a questão

Por ser propósito reiterado do Governo preservar Brasília como cidade político-administrativa, as atividades econômicas não possuem dinamismo suficiente para absorver a mão-de-obra colocada anualmente no mercado de trabalho.

O setor primário, responsável por um percentual próximo do zero na composição da renda interna, ocupa pouco mais de 1% da po-

pulação economicamente ativa e evidencia limitada capacidade de expansão. O comércio ocupa pouco mais de 10% desse grupo. A construção civil, grande absorvedora de mão-de-obra não qualificada, utiliza apenas 6% da força de trabalho local.

Um eventual desenvolvimento industrial, orientado para a ocupação intensiva de mão-de-obra, que se apresentaria com possibilidades de gerar empregos diretos e indiretos, está, até segunda ordem, fora de cogitação. As atividades nesse setor, na melhor hipótese, seriam encaminhadas para a periferia do Distrito Federal.

O Governo local reconhece a necessidade de um compromisso mais sólido com essa realidade, pois sabe

que o crescimento demográfico de Brasília tem sido superior ao crescimento econômico, especialmente a partir do momento em que começou o processo de desaceleração da construção civil. No primeiro trimestre de 1980, por exemplo, o volume de obras em andamento caiu 2,6%, correspondendo a uma diminuição líquida de 49.100 m². Nos meses de janeiro e fevereiro, as obras concluídas superaram as iniciadas.

A consequência natural desse descompasso foi o agravamento do desemprego aberto, nos núcleos periféricos, e do desemprego disfarçado, no Plano Piloto. O desafio que se apresenta, portanto, parece insuperável: Brasília terá pela frente a necessidade de gerar em-

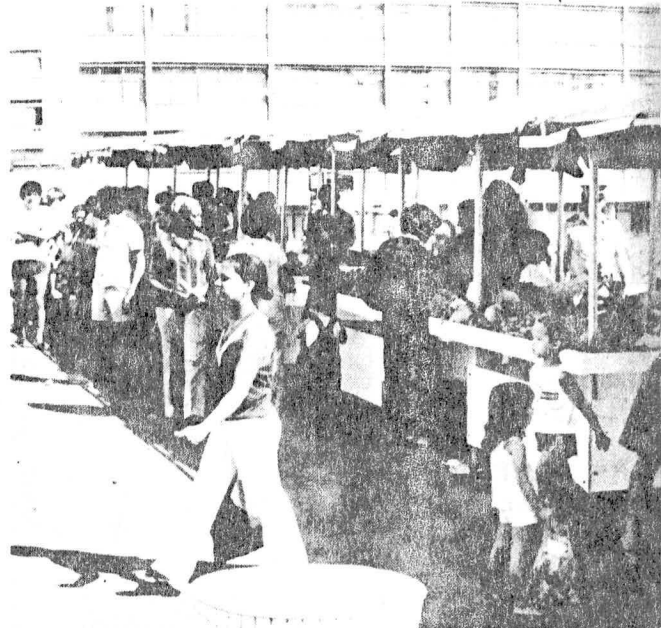
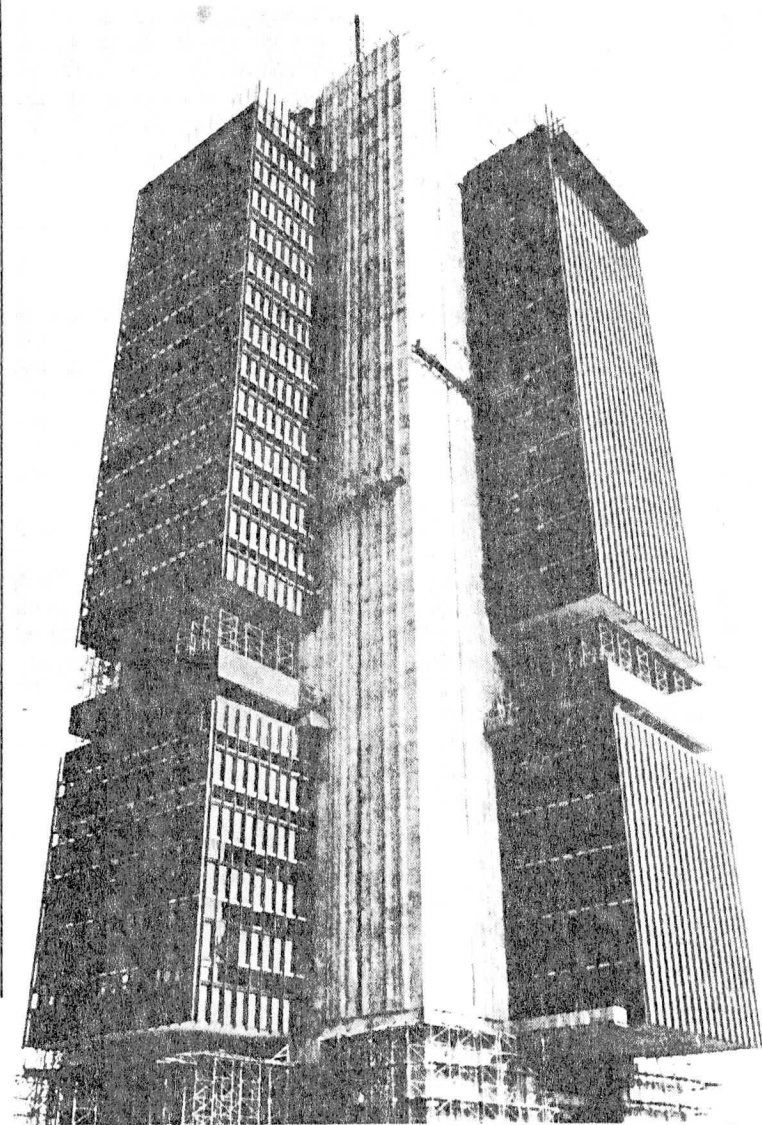
pregos a uma taxa superior ou, pelo menos, igual à do crescimento demográfico, de forma a manter o equilíbrio social indispensável ao exercício normal dos três poderes que abriga.

Diagnóstico oficial

O governador Aimé Lamaison está ciente desse quadro crítico, e, em função disso, estabeleceu quatro premissas que julga fundamentais para serem equacionadas nos próximos cinco anos:

1) A funcionalidade de Brasília, como centro político-administrativo do país, corre sério risco de ser comprometida por uma potencial ameaça de desequilíbrio entre a expansão demográfica e o sistema produtivo do Distrito Federal.

As grandes obras começam a rarear e a construção civil já não absorve a mesma quantidade de mão-de-obra de antigamente. Esse é o grande desafio econômico dos dias de hoje, ao lado da necessidade de oferecer alimento a uma população crescente.



2) A concentração crescente da população e das atividades econômicas no DF, em detrimento de outras áreas — principalmente os municípios da região geoeconômica de Brasília — gera uma dinâmica regional deficiente que agrava os desníveis econômicos e sociais entre a capital federal e sua área de influência.

3) Em consequência do fluxo migratório intenso, orientado para o Distrito Federal, desde o início da construção da cidade, não se tem conseguido eliminar a defasagem entre a demanda e a oferta de serviços públicos, tanto em quantidade como em qualidade.

4) Concebida pela Lei 4.545, de dezembro de 1964, a organização básica do Distrito Federal, não obstante os sucessivos reajustamentos, evidencia-se inadequada, em termos estruturais e funcionais, para dar resposta aos desafios de sua complexa realidade.

O impasse admitido nessas premissas determinou a formulação de diretrizes administrativas, chamadas "linhas referenciais". São elas o ponto de partida, segundo o Governo do Distrito Federal, para inverter-se o quadro desfavorável numa primeira etapa e implicam estes procedimentos:

■ Ajustar a dinâmica econômica, social, cultural, demográfica e humana do Distrito Federal às suas necessidades de centro político-administrativo do país.

■ Promover o desenvolvimento, em municípios da região geoeconômica de Brasília, de uma rede de infra-estrutura social capaz de reduzir a pressão sobre os equipamentos comunitários e, simultaneamente, estimular a expansão das atividades econômicas na região.

■ Dotar as comunidades do

Distrito Federal de serviços públicos em qualidade e quantidade adequadas à conservação da melhor qualidade de vida.

■ Adequar a organização administrativa do Governo à nova realidade política, econômica, cultural e social do Distrito Federal.

O Governo do Distrito Federal já adotou um esquema de estratégias gerais e prioritárias que viabilizem a sua ação em consonância com os propósitos expressos nas quatro diretrizes. Mas, para alcançar seus objetivos, sabe que é indispensável contar com o apoio dos governos Federal e dos Estados de Minas Gerais e Goiás.

Programa especial

Esse esforço conjunto do Governo local com a União e os Estados vizinhos está estruturado no Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília (PERGEB). Em fase de estudos e consultas, os governos envolvidos examinam a conveniência e a oportunidade de firmar um protocolo de intenções, visando ao alargamento da área de entendimento sobre a intervenção conjunta, coadjuvando a ação do PERGEB.

Com a disponibilidade desse instrumental, todos os recursos existentes deverão ser mobilizados para gerar outras áreas de atração. Com isso, espera-se propiciar o desenvolvimento da atividade econômica viável para cada local, dando-se suporte aos núcleos populacionais que se constituirão em torno dele.

De acordo com o potencial de cada área, e com a vocação econômica que comportar — ensejando o aparecimento de indústrias e serviços de natureza local —, serão aplicados recursos em infra-estrutura, estradas e outros meios para implantar e apressar o desenvolvimento global da região.

O Governo do Distrito Fe-

deral pretende assegurar para a área um desenvolvimento econômico em compasso com os aspectos que se relacionem com a elevação dos padrões educacionais do homem interiorano e melhoria de suas condições de habitação, saúde, alimentação, lazer e cultura. Tudo isso levando em conta, basicamente, a preservação de Brasília como capital da República, tarefa estratégica posta a serviço da segurança nacional.

Quatro providências básicas precisam ser tomadas para que as metas do PERGEB não se frustem:

1) Estruturação de um sistema produtivo que, basicamente, satisfaça à demanda de produtos primários do Distrito Federal, sem comprimir excessivamente, por desequilíbrios regionais de renda e preço, o consumo nas subáreas da região.

2) Dinamização do sistema econômico regional para a atuação, permanência e ocupação produtivas dos recursos humanos mais qualificados em suas próprias localidades, mediante revigoração dos setores primário e secundário, modernizando-os aos níveis da região, de forma que sua atuação mais dinâmica repercuta na absorção dos insumos que o setor terciário já oferece.

3) Reversão da tendência progressiva de concentração da renda regional em Brasília, a partir da adoção de medidas econômico-administrativas que estimulem a inversão produtiva dos recursos financeiros nos locais de sua própria geração.

4) Criação, em torno de Brasília, de um anel de desenvolvimento, de modo a oferecer aos migrantes que buscam a capital condições de permanência, além de boas oportunidades de tra-

balho, moradia, atendimento médico, educação e lazer, hoje concentradas no Distrito Federal.

Desconcentração

A Secretaria do Governo do Distrito Federal já tem concluídos estudos e pesquisas sobre todas as potencialidades sócio-econômicas dos municípios goianos e mineiros que integram a área de influência de Brasília, como Formosa, Luziânia, Cristalina, Padre Bernardo e Unai. O secretário Armando Renan D'Ávila Duarte acredita que qualquer medida no sentido de aliviar a pressão sobre o Distrito Federal deverá ser complementada com medidas convergentes da União e dos Estados diretamente afetados.

"A preservação de Brasília como capital federal", diz, "envolve principalmente o acesso das atividades vinculadas às decisões políticas nacionais e da sua população aos equipamentos e serviços urbanos, em níveis adequados."

Isso significa evitar que as atividades político-administrativas venham a sofrer a concorrência de outras, não vinculadas às funções da cidade como capital federal, no uso dos mesmos equipamentos e serviços, deteriorando o atendimento e in-fluindo, até, sobre a configuração arquitetônica de Brasília.

Na medida em que a cidade tem uma estrutura centralizada dentro do Plano Piloto, para ali são atraídas as atividades (e, conseqüentemente, os empregos), processando-se uma ocupação territorial e uso de equipamentos urbanos por atividades concorrentes das originalmente previstas. Por esse motivo, segundo Armando Renan D'Ávila Duarte, estão perfeitamente justificados o apoio e a prioridade que se pretende dar à melhoria da infra-estrutura e das condições de vida das cidades satélites.

Abastecimento

**AUTO-SUFICIÊNCIA
UM OBJETIVO
QUASE
ALCANÇADO**

■ Ao completar vinte anos de fundação, Brasília deu um passo importante para atingir a auto-suficiência no setor de abastecimento. Com esse objetivo, a Secretaria de Agricultura e Produção estabeleceu coordenadas para uma ação rápida e objetiva, não só no que se refere ao incremento da produção agropastoril, mas também quanto à instalação de indústrias correlatas. Tudo isso permitirá que se reduza a dependência da capital em relação às maiores áreas produtoras do Centro-Sul do país.

No que se refere à produção interna para abastecimento da população, uma das principais preocupações do secretário da Agricultura e Produção, Alceu Sanches, é o setor de hortigranjeiros, no qual a dependência estava, há pouco mais de um ano, em torno de 64%. E pior: as fontes de produção localizavam-se a até 700 km de Brasília, onerando os preços finais com o custo cada vez mais elevado do frete rodoviário.

No ano passado, a Secretaria começou a executar o Programa Especial de Financiamento à Horticultura (Prohort), que tem por objetivo levar o Distrito Federal à auto-suficiência nesse setor, num prazo de três anos.

Os primeiros resultados desse programa já podem ser avaliados: a dependência do mercado externo vem sendo minimizada e o preço das verduras, legumes e frutas consumidos pela população começa a se estabilizar. Além de proporcionar o equilíbrio entre oferta e procura, o programa pôde-se ainda obter melhor qualidade nos produtos comercializados.

Atualmente, o Distrito Fe-

deral produz cerca de 70% dos alimentos que consome, devendo essa proporção aumentar nas próximas safras. Mais de 2.500 agricultores estão envolvidos no processo de abastecimento interno, ocupando 362 mil ha na zona rural. Desse total, 121 mil são controlados pelo Governo, por intermédio da Secretaria de Agricultura e Produção.

Cerca de cem municípios dos Estados vizinhos estão ligados a Brasília por meio de rodovias pavimentadas, o que permite rápido escoamento das safras. O programa da região geoeconômica, ponto de honra da Administração Lamaison, começa a consolidar-se também no anel de fazendas, pomares e hortas que circunda Brasília e onde são produzidos os hortigranjeiros, leite, queijos e ovos consumidos pela comunidade.

Ampliação

Segundo o secretário Alceu Sanches, outros programas que assegurem melhores preços a nível de consumidor, já aprovados pelo governador, estão sendo colocados em prática. Entre eles, destacam-se a compra antecipada da colheita de quinze produtos hortigranjeiros, para evitar a flutuação de preços que se verifica na entressafra, e o de formação de estoques estratégicos de três produtos essenciais: soja, feijão e arroz, que ficarão guardados nos armazéns da Sociedade de Abastecimento de Brasília (SAB) e da Cibrazém.

Para proporcionar ao meio rural um mecanismo de comercialização capaz de agilizar as relações de compra e venda entre comerciantes e produtores, a Secretaria de Agricultura e Produção está promovendo a criação de centros rurais de comercialização de hortigranjeiros em todos os núcleos rurais.

Esses centros funcionarão sob a forma de bolsas de negócios, em instalações

simples, onde se reunirão compradores e agricultores. O sistema criará uma espécie de competição e aumentará as possibilidades de negócios, pela reunião dos diversos interessados.

A Secretaria de Agricultura e Produção vai oferecer ainda aos produtores rurais um sistema permanente de informações agrícolas, por meio do qual eles ficarão cientes das cotações do mercado, do preço oferecido pela SAB e dos custos de insumos básicos, mão-de-obra e serviços, além dos índices diários registrados na Ceasa.

Cerrados

O secretário Alceu Sanches diz também que a viabilidade da agricultura nos cerra-

O cinturão verde em torno da cidade, para produção de frutas e verduras, é hoje uma realidade. E as culturas desenvolvidas no cerrado apresentam uma produtividade bastante superior à das demais regiões do país.



dos já está plenamente demonstrada com os resultados alcançados nas culturas de cereais a nível comercial. A produtividade da soja, do trigo e do arroz ultrapassou a média nacional, com variedades adaptadas às condições de solo e clima da região. Segundo ele, a Secretaria está empenhada em transformar o Distrito Federal num centro multiplicador de sementes de grãos. Outra cultura que apresenta excelente comportamento nos solos de cerrado, e com grande possibilidade de alcançar altos índices de produtividade, é o alho. Alceu Sanches afirma que as variedades adaptadas ao cerrado brasileiro já permitem rendimento médio de 5 mil kg/ha e que, em função do desenvolvimento tecnológico dessa cultura, será possível a curto prazo atingir índices de rendimento da ordem de 8 mil a 10 mil kg/ha.

Estradas vicinais

A confiança do Governo do Distrito Federal no êxito de seu programa na área agrícola é tão grande que ele já firmou convênio no valor de 25 milhões de cruzeiros, em novembro do ano passado, com o Ministério dos Transportes, para o planejamento de 120 km de estradas vicinais dentro do Distrito Federal. Essas rodovias fazem parte da malha de 200 km que constitui o Plano Diretor de Rodovias Vicinais da Região Geoeconômica de Brasília.

A primeira etapa desse programa beneficiará a região rural de Jardim, continuação da área rural da cidade satélite de Planaltina, ao norte de Brasília. Concretizada essa primeira etapa, será equacionado o plano para as áreas polarizadas pelos municípios de Unai (Minas Gerais), Padre Bernardo, Formosa, Buritis, Cabeceiras, Arinos e Planaltina (Goiás).

População

MIGRAÇÕES, UM FENÔMENO NÃO PREVISTO

■ Não é segredo para ninguém que o Distrito Federal sofre uma forte pressão que ameaça deformar, desviar, corromper e até mesmo desvirtuar seus fundamentos: as migrações. Instalada num vazio geográfico e econômico, Brasília, antes de ser um centro irradiador de desenvolvimento, tornou-se pólo de irrefreável atração nacional, tendo ultrapassado de longe a previsão feita para 1980: em vez de 500 mil habitantes, 1,2 milhão. Essa força de atração tem sua origem na época da construção da cidade. A construção civil era um chamariz para gente de todas as regiões que esperava por uma oportunidade de trabalho. E a implantação do novo centro político nacional era um empreendimento incontrolável. Mas o fluxo de migrantes, principalmente nordestinos, que chegavam incessantemente aos canteiros de obras, não terminou com a inauguração. Pelo contrário, transformou-se numa força compressora, realimentando o processo e modificando profundamente a organização administrativa da capital federal. E tudo prossegue como num círculo vicioso: quanto mais se constrói, para resolver o problema habitacional, mais a demanda aumenta; não só de moradias, mas de escolas, de hospitais, de saneamento, de trabalho. Não há recursos que cheguem, pois os investimentos nesses setores — como explica o secretário de Governo Armando Renan D'Ávila Duarte — faz gerar novas demandas, provocando uma corrida para Brasília de todos aqueles que não dispõem desses equipamentos em suas comunidades de origem.

Reorientação

O Governo do Distrito Federal tem um programa para combater essa situação (com ajuda da União e de outros Estados) e espera que, dentro de alguns anos, o crescimento demográfico aproxime-se do índice de crescimento vegetativo e que a oferta de empregos seja suficiente para, pelo menos, manter um mercado de trabalho qualificado.

Nos próximos anos, agências públicas do Governo do Distrito Federal, ou mesmo do Governo Federal, poderão instalar-se nas cidades satélites, uma vez que os serviços públicos, com a esperada regressão do crescimento demográfico, deverão ser sensivelmente melhorados. O desenvolvimento econômico e a educação ganharão uma ênfase maior enquanto as cidades satélites serão revitalizadas com a instalação de estabelecimentos industriais de alto nível tecnológico.

O Plano Piloto, então, sofrerá menor afluência dos moradores das cidades satélites e das comunidades adjacentes ao Distrito Federal, na medida em que umas e outras forem dotadas de melhores oportunidades de emprego e de mais equipamentos sociais urbanos.

Plano e realidade

O plano de Lúcio Costa, que definiria as linhas básicas da nova capital da República, previa uma cidade bem diferente da Brasília de hoje. O cinturão verde abriga mais chácaras de bem sucedidos funcionários públicos do que agricultores; e os candangos, responsáveis pelo erguimento da cidade (bem como os servidores públicos mais modestos que pioneiramente ali se fixaram), estão isolados nas cidades satélites, que formam um imenso cinturão de contrastes em volta da capital.

O Distrito Federal divide-se em três zonas principais: o Plano Piloto (centro da cidade), as cidades satélites (num raio de 25 km a partir do Plano Piloto) e a zona rural. O conjunto das cidades satélites abriga cerca de 700 mil habitantes, apresentando forte disparidade com a zona urbana. Cada uma delas é um amontoado de casas precariamente construídas, algumas sem energia elétrica ou água corrente, fazendo lembrar as favelas cariocas.

Esse desvirtuamento do plano original é debitado, em parte, à abstração utópica dos arquitetos que deixaram escapar a oportunidade de dar ao problema uma solução racional e humana e, em outra, à especulação imobiliária que tornou proibitivos os preços das habitações na área urbana.

Tais distorções fizeram, ainda, que as superquadras — concebidas originalmente como centros de convivência onde deveriam juntar-se os tipos heterogêneos que formam o quadro humano de Brasília — se transformassem em domínio das classes mais abastadas.

Em face disso, Brasília exibe hoje dolorosos contrastes: à opulência aparente do Plano Piloto contrapõe-se o quadro precário das cidades satélites. Uma delas, Ceilândia, é sintomaticamente considerada uma das maiores favelas da América Latina. Com uma população superior a 200 mil habitantes, a maioria com pouco ou nenhum poder aquisitivo, Ceilândia é um caso singularmente dramático.

Considerável parcela de seus moradores é constituída de favelados das vilas Tenório, IAPI, Esperança, Morro do Querosene e Bernardo Sayão, que, juntas, formavam as chamadas "invasões" do Núcleo Bandeirantes. Outro contingente, igualmente numeroso, formou-se à custa de fluxos migratórios desordenados de outras regiões, sobretudo do Nordeste.

Esses traços de precariedade, igualmente marcantes em todas as cidades satélites, chegam ao paroxismo em Ceilândia. Lá não há rede de esgotos ou sistema de captação de águas pluviais, o que torna as ruas intransitáveis e fétidas nos períodos de chuvas intensas. O serviço de transportes mal existe e o drama da falta de água é vivido cotidianamente pela população, apesar da recente inauguração da barragem do rio Descoberto. Também não existe segurança, empregos, hospitais, creches, serviços comunitários e vagas nas escolas.

Não há verbas

O atual Governo conhece essa situação, no entanto

não está imune a um problema básico da administração brasileira: a falta de verbas e um gigantesco déficit orçamentário legado pela administração anterior, de quase 2 bilhões de cruzeiros. Por essa razão, o Governo do Distrito Federal está convencido de que a única saída é conter o processo migratório. Primeiro, decidiu suspender as inscrições para aquisição de casa própria até 1985, reduzindo substancialmente os recursos destinados à Sociedade Habitacional de Interesse Social (SHIS). Depois, reservou verba de 1 milhão de cruzeiros para assegurar o retorno, às suas regiões de origem, dos migrantes, que, ilusoriamente atraídos por Brasília, não conseguiram ocupação estável.

Essas duas medidas, que se completam, poderão simplificar os problemas que a capital da República enfrenta atualmente, contendo na própria raiz a crescente explosão demográfica.

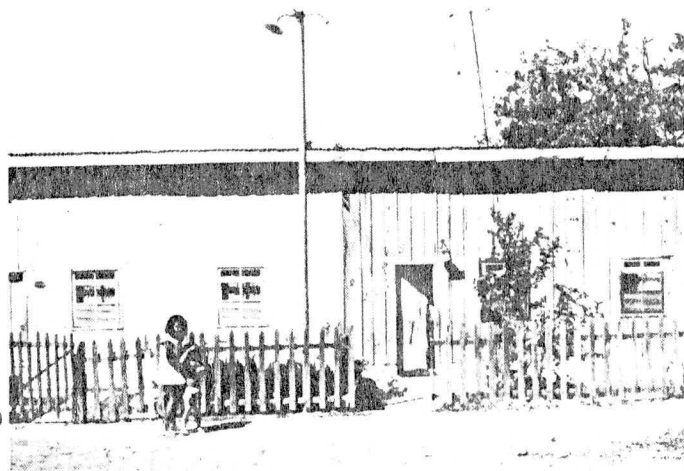
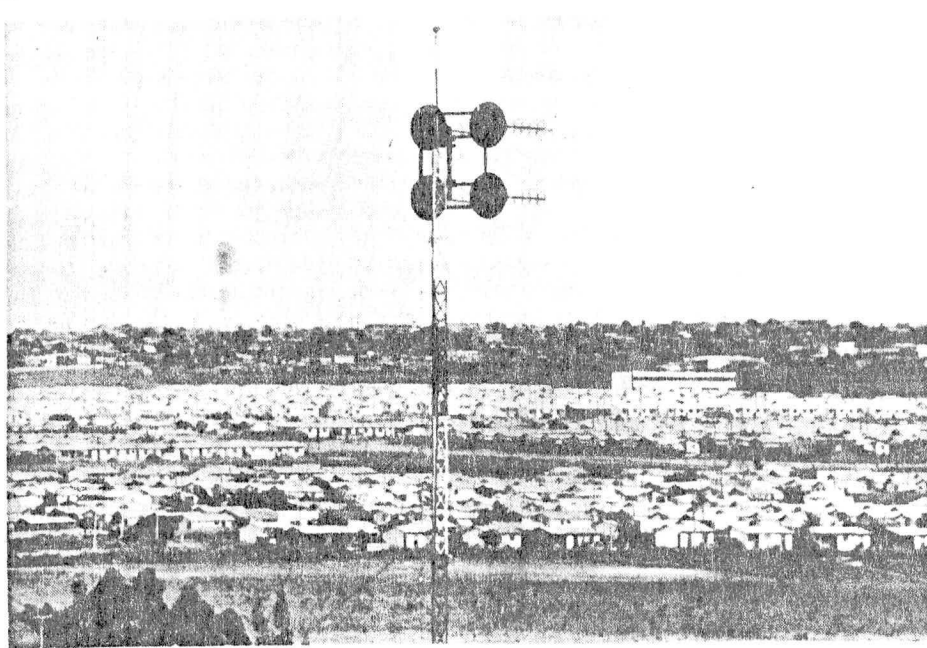
Todavia, a estratégia oficial comporta riscos, pois não resolve o problema daqueles que decidirem ficar e não terão condições de comprar uma moradia. Do mesmo modo, é preciso lembrar que já existem 160 mil cadastrados na SHIS, com todas as exigências burocráticas cumpridas, esperando ser atendidos.

Menor carente

Estatísticas pouco confiáveis e desatualizadas dão conta da existência de 150 mil menores carentes no Distrito

A existência de contrastes é inevitável.

Entretanto, é preciso impedir que os equipamentos urbanos de Brasília fiquem sobrecarregados, o que pode afastar a capital de sua função de centro político e administrativo do país.



Perfil/Centro—Oeste 1980



Federal, mais de 10% da população total. Apesar dos reiterados propósitos do Governo de dar prioridade à questão, alarmante em todo o país, o número de crianças desassistidas aumenta a cada ano, agravando ainda mais as tensões sociais e multiplicando os índices de violência e criminalidade.

A origem do fenômeno, que evidentemente não constitui privilégio de Brasília, reside basicamente na elevada taxa de pobreza absoluta de extensas camadas da população, sobretudo nas cidades satélites.

Segundo dados estatísticos oficiais, mais de dois terços da mão-de-obra empregada ganham, como teto, pouco mais de 3 mil cruzeiros mensais. Como cada família assalariada tem, em média, seis filhos menores, calcula-se que o total de crianças carentes já tenha ultrapassado a casa das 200 mil.

Nesse sentido, é interessante atentar para os resultados de uma pesquisa realizada pela Secretaria de Serviços Sociais. Ela revelou que doze migrantes de baixa renda, com idade superior a catorze anos, chegam diariamente ao Distrito Federal, procedentes do Nordeste, Minas Gerais e Goiás. Como os levantamentos não incluem as crianças até treze anos que, invariavelmente, acompanham os migrantes adultos, pode-se dizer que a população brasiliense sofre a cada dia um acréscimo de 24 a 36 pessoas.

O quadro, sem dúvida, é alarmante e o fluxo de recursos financeiros para atenuar o problema é inexpressivo. No ano passado, por exemplo, a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, seção Distrito Federal, recebeu apenas 50 milhões de cruzeiros, divididos entre dez instituições particulares e o Centro de Recepção e Triagem. Admitindo-se que existam 150 mil menores carentes, o investimento oficial por pessoa não passou de 333 cruzeiros.

Transportes

PROBLEMA SERÁ ATACADO EM TODAS AS FRENTE

■ O transporte público no Distrito Federal, que está recebendo tratamento prioritário por parte do governador Aimé Lamaison, começou a ser desenvolvido a partir de novembro de 1979, com a conclusão do plano diretor elaborado pelo Geipot mediante convênio firmado entre o Governo do Distrito Federal e o Ministério dos Transportes, em 1975. Duas alternativas foram propostas: a primeira, prevendo um sistema montado sobre a estrutura rodoviária e a segunda, assentada sobre um sistema de transporte eletrificado.

O crescimento demográfico de Brasília, em nível superior ao planejado, e a velocidade desse crescimento (sem falar nas cidades satélites, a maioria apenas dormitórios) constituem o maior problema para o Governo do Distrito Federal no que se refere à manutenção da oferta de transportes públicos em nível compatível com a demanda.

A lenta perda de terreno, nesses vinte anos desde a fundação da cidade, deixou um saldo negativo no setor, não só quanto à infra-estrutura viária mas, principalmente, quanto à sua atuação operacional, prejudicada por uma frota insuficiente e desgastada e pelo pessoal despreparado.

Alternativas

Das alternativas propostas, chegou-se à conclusão de

que, pelo menos na atual fase de demanda de transportes coletivos, seria recomendável permanecer atuando sobre a estrutura rodoviária. Definido este ponto, passou-se a buscar um projeto que pudesse materializar as soluções dentro do conceito da tecnologia rodoviária. As razões básicas para a manutenção dessa tecnologia foram ditadas pela constatação de que, a nível de transportes, existem três caminhos possíveis: o subterrâneo, o de superfície e o elevado.

O secretário de Serviços Públicos do Distrito Federal, José Geraldo Maciel, explica que, pelo menos na fase atual, o transporte subterrâneo não deve ser adotado em Brasília, pelo seu elevado custo. Para a construção de um sistema de metrô, seriam necessários 60 milhões de dólares por quilômetro, o que só se justificaria para uma população a ser transportada da ordem de 40 mil pessoas por hora.

Em termos de transporte por meio de vias elevadas, o custo ficaria entre 35 milhões e 40 milhões de dólares por quilômetro, também injustificável enquanto a população a ser transportada estiver abaixo de 40 mil passageiros por hora.

O transporte de superfície — seja rodoviário, seja ferroviário — é o mais compatível com as necessidades do Distrito Federal, nesta década de 80, pelo seu custo operacional e pelas características da demanda, principalmente nas cidades satélites.

Atualmente, um usuário de Ceilândia toma um ônibus para o Plano Piloto que trafega por uma única via até a estação rodoviária. A partir daí, ele é obrigado a usar outro meio de transporte que o levará até seu destino final. O ideal seria um transporte que ligasse diretamente a origem ao destino do passageiro. Assim, o Programa de Transportes Coletivos (Transcol) já definiu três vias de pene-

tração das cidades satélites ao plano piloto: a W3, a L2 e eixos auxiliares, com extensão até a Asa Norte, fazendo com que a linha não tenha fim na rodoviária. O próprio Lúcio Costa aprovou a idéia, afirmando que a ligação entre as asas Norte e Sul não causará a desfiguração do Plano Piloto e evitará que Brasília venha a sofrer remendos, tão comuns nas grandes cidades brasileiras.

Mas, para que o sistema funcione, outras providências já estão sendo tomadas, entre elas a ampliação e a renovação da frota de ônibus. Só em 1980, serão comprados mais 410 veículos, dos quais 210 substituirão unidades com mais de dez anos de vida e os outros duzentos serão acrescentados à frota. Para 1981, está prevista a aquisição de mais 314 ônibus, dos quais 125 para substituição de veículos sem condições de uso e 189 para acréscimo da frota.

Além da ampliação da frota e das modificações na interligação viária da cidade, o Transcol prevê a destinação de faixas exclusivas em algumas avenidas de Brasília, com o fim de aumentar a velocidade média dos veículos coletivos.

Atualmente, existe, em todas as vias, um tráfego compartilhado por ônibus, automóveis particulares, táxis, motocicletas e pedestres. De acordo com o projeto, ficou demonstrado que em algumas vias haverá necessidade de uma pista exclusiva para os ônibus, como nos eixos auxiliares. Outro ponto abordado é a prioridade física e operacional para os ônibus, com semáforos acio-

nados pelos próprios motoristas, e a necessidade de construção de dez terminais rodoviários.

Rodoferroviária

Outro aspecto previsto pelo Transcol, e que já estará funcionando no final deste ano, é a Rodoferroviária, uma conjugação da Estação Ferroviária Monumental com o terminal de ônibus interestadual. Esta adaptação está sendo executada mediante convênio com o Ministério dos Transportes, por intermédio do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e da Rede Ferroviária Federal. Com a inauguração do novo terminal, a estação rodoviária do Plano Piloto será reservada exclusivamente para os ônibus urbanos.

No momento, apenas uma das alas da estação rodoviária de Brasília é destinada a esses veículos, que são obrigados a formar longas filas aguardando vagas para estacionamento. Dessa ala, são transportados anualmente 100 milhões de passageiros, contra os 6 milhões da ala interestadual.

A liberação da estação rodoviária para os coletivos proporcionará maior frequência de viagens entre o Plano Piloto e as cidades satélites, o que resultará, evidentemente, em melhor atendimento à população do Distrito Federal.

Todas essas medidas levam em conta as necessidades e o conforto das pessoas que se utilizam diariamente do transporte coletivo, mas há outras, ditadas pela constante elevação do custo dos combustíveis.

Sendo o campo dos transportes aquele onde tal impacto mais se faz sentir, a Secretaria de Serviços Públicos encontrou novas opções menos dispendiosas e quase tão confiáveis, acessíveis e confortáveis quanto o automóvel. Foram criados os serviços de táxi coletivo e o transporte de vizinhança,

medidas que antecedem a política de cobrança de estacionamento a ser adotada em todas as áreas centrais de Brasília.

Dentro desse esquema, serão criadas inicialmente catorze linhas, com um total de 85 carros com capacidade de nove a 21 passageiros, ligando áreas residenciais aos setores de trabalho e aos locais de lazer, estudo e compras. A partir dos resultados alcançados pelo primeiro grupo de linhas, começará a operar o segundo grupo, cujos percursos já estão projetados. Segundo o secretário Geraldo Maciel, esses novos serviços vão suprir as áreas onde a demanda de passageiros é relativamente baixa e a criação de linhas de ônibus convencionais seria indesejável diante da necessidade de elevar as tarifas para cobrir os custos de uma alta frequência com baixa ocupação.

Pesquisas realizadas recentemente demonstram que o táxi, pelos repetidos aumentos do combustível, já não representa mais a alternativa para quem se dispõe a abandonar sua condução particular. Assim, esses veículos passaram a ser utilizados apenas em situações especiais, que ficarão mais raras na medida em que se registrarem novos aumentos. Diante disso, a Secretaria de Serviços Públicos dará prioridade aos motoristas autônomos que trabalham na praça e com registro sindical e às empresas de táxi do Distrito Federal para habilitarem-se à exploração dos serviços de táxi coletivo e transporte de vizinhança, por meio da permuta de suas placas. Com essa medida, a secretaria acredita es-

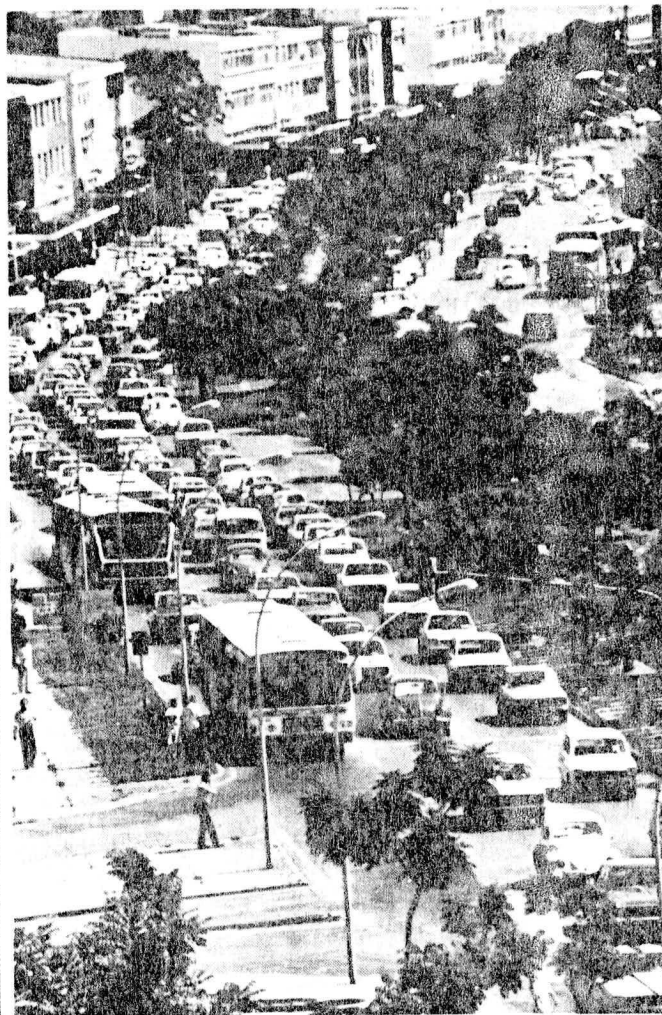
tar abrindo novo campo de trabalho, mais rendoso, aos motoristas profissionais. As placas substituídas ficarão congeladas.

Organização geral

O setor de transporte público de Brasília compreende atualmente 128 linhas de ônibus, exploradas por quatro empresas que transportam cerca de 500 mil passageiros por dia. Apesar do elevado número de linhas, verificam-se ainda acentuada defasagem entre a procura e a oferta, insuficiência de pontos de parada e terminais, e dificuldade de acesso aos coletivos nas avenidas locais e coletoras do Plano Piloto.

Essa deterioração do transporte público de Brasília

Apesar de ser uma cidade nova e planejada nos mínimos detalhes, Brasília também teve de fazer modificações no sistema viário para comportar o crescimento da frota de veículos. Outra preocupação é oferecer transporte coletivo suficiente, em quantidade e qualidade.



vem concorrendo para a crescente sobrecarga do tráfego, ao provocar o uso mais intensivo de veículos individuais. A frota de automóveis do Distrito Federal, hoje, ultrapassa as 200 mil unidades e o sistema viário, nos horários de pico, já apresenta inconfundíveis sinais de saturação.

Por isso, o Transcol prevê medidas corretivas e preventivas, como a implantação dos corredores estruturais e a pavimentação de todas as vias por onde os ônibus circularão. Os terminais rodoviários a serem construídos estão dimensionados para atender à demanda dos próximos cinco anos e prevêem expansão futura.

Serão erguidos ainda duzentos abrigos de ônibus e o programa de treinamento e orientação para motoristas e cobradores será intensificado. Outra medida já posta em prática será mantida e ampliada até atingir todas as cidades satélites: trata-se da Operação Horário, que tem por objetivo oferecer à população transporte mais rápido e eficiente.

Com essas providências, programadas pelo Governo do Distrito Federal, a população de Brasília não só disporá de atendimento adequado às suas necessidades de transporte como ainda terá novas opções de economia por meio da redução do uso do automóvel. Sob este aspecto, aliás, o alcance é mais amplo, envolvendo o próprio desejo da administração pública de diminuir a importação de petróleo e a evasão de divisas.

Educação

ENSINO OFICIAL CAMINHA PARA A PERIFERIA

■ O ensino em Brasília foi estruturado em moldes inteiramente originais, como convinha a uma nova capital. A rede oficial abrangia, em 1960, os estabelecimentos dos antigos municípios de Planaltina e Luziânia, bem como as escolas instaladas pela Novacap a partir de 1957, durante o período da construção inicial, atendendo a 6.068 alunos. Hoje, só a rede de ensino médio engloba 482 unidades, das quais 115 oficiais, e cinco estabelecimentos de ensino superior abrigam 31 mil universitários. A implantação do sistema progressivo concebido pelo professor Anísio Teixeira começou logo após a inauguração de Brasília. As tarefas de supervisão das edificações, dos equipamentos das escolas e do recrutamento de professores couberam à Comissão Administrativa do Sistema Educacional de Brasília (CASEB), subordinada ao Ministério da Educação e Cultura. Em março de 1960, foi criada a Fundação Educacional do Distrito Federal, posteriormente absorvida pelo Governo do Distrito Federal, como órgão executor da Secretaria de Educação e Cultura.

O sistema de Anísio Teixeira, elaborado em colaboração com Lúcio Costa, previa a democratização do ensino. Seu objetivo era uma grande integração, que se iniciaria no pré-escolar e se completaria com as escolas-classes e os centros interestaduais (escolas-parques).

Esses estabelecimentos foram distribuídos de modo que os alunos se locomovessem no trajeto menor e mais desimpedido. Para cada superquadra existiria um jardim de infância e uma escola-classe. Para cada grupo de quatro superquadras

(que formam uma unidade de vizinhança), previu-se uma escola-parque, destinada à prática de atividades artísticas, sociais, esportivas, culturais e recreativas. Os centros de ensino médio (um para cada 30 mil habitantes) disporiam de instalações apropriadas à educação formal, à prática desportiva e às atividades culturais.

Do ponto de vista organizacional, a educação em Brasília foi assim planejada:

I Educação elementar — 1) jardins de infância, destinados a crianças de quatro a seis anos; 2) escolas-classes, para educação intelectual sistemática de menores de sete a doze anos, em cursos completos de seis séries escolares; 3) escolas-parques, destinadas a completar a tarefa das escolas-classes, mediante o desenvolvimento artístico, físico e recreativo das crianças e sua iniciação no trabalho, por meio de uma rede de instituições ligadas entre si, dentro da mesma área, tais como: biblioteca infantil e museu, pavilhão para artes industriais, conjuntos para atividades recreativas, refeitório, etc. Os alunos das escolas-classes freqüentariam a escola-parque em regime de revezamento, permanecendo quatro horas em cada uma, diariamente.

II Educação média — Destinados a alunos entre onze e dezoito anos, os centros de educação média foram planejados para abrigar: 1) escola média, oferecendo cursos acadêmicos, técnicos e científicos; 2) centros de educação física; 3) centro cultural (teatro, exposições, clube, etc.); 4) biblioteca e museu; 5) administração; 6) restaurante.

O primeiro plano educacional da cidade previa ainda a construção de uma universidade no Plano Piloto

— hoje há a Universidade de Brasília —, além de institutos de educação destinados à formação de professores primários. Ao lado da rede escolar pública, previu-se uma de escolas particulares, para as quais se reservaram as áreas necessárias. A escola imaginada no plano, nas palavras de Anísio Teixeira, seria “prática e ativa e não passiva e expositiva; formadora e não formalista”.

Evolução

Pela sua avançada concepção, o sistema adaptou-se facilmente à reforma do ensino primário e médio instituída em todo o país em 1971, de acordo com a Lei nº 5.692. Atualmente, a Secretaria de Educação e Cultura tem competência básica para planejar, organizar, administrar e avaliar o sistema educacional e cultural. Com o objetivo de descentralizar a administração, foram instituídos 21 complexos escolares, unidades orgânicas diretamente subordinadas ao Departamento Geral de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal, que dirige, coordena e controla a execução das atividades desenvolvidas pelas unidades de ensino que a integram.

Hoje, a rede de ensino oficial conta com 352 unidades escolares, atendendo a cerca de 243 mil alunos, completada por numerosos estabelecimentos mantidos por entidades civis e religiosas, com uma grande variedade de cursos: gerais, artísticos, técnicos e linguísticos.

Quanto ao ensino superior, a Universidade de Brasília, criada em 1962, deflagrou todo o processo da reforma universitária brasileira. Oferece cursos a nível de graduação nas áreas de ciências e humanidades, além de cursos de pós-graduação em três níveis: aperfeiçoamento, mestrado e doutorado. Abriga, hoje, cerca de 9 mil alunos.

Em 1968, surgiu em Brasília outra instituição de ensino superior: o Centro Universitário de Brasília, posteriormente denominado Centro de Ensino Unificado de Brasília (CEUB), muito procurado pelos cursos noturnos que oferece.

Outros cursos superiores mais recentes são mantidos pela Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal (AEUDF), pela União Pioneira de Integração Social (UPIS), pela Faculdade Católica de Ciências Humanas, pela Faculdade de Educação Física Dom Bosco e pela Faculdade Teológica e Batista de Brasília. Ainda este ano deve começar a funcionar a Faculdade de Teatro, instituída pela Fundação Brasileira de Teatro. Brasília tem hoje o maior índice de escolaridade do país, apesar das deficiências que ainda precisam ser sanadas. Com esse objetivo, o Governo do Distrito Federal começou a implantar este ano o I Plano Integrado de Educação e Cultura, que deverá ser aplicado em todo o Distrito Federal, de forma incisiva.

Desvios

Com uma população predominantemente jovem, Brasília ainda está longe de exercer, no campo da educação e cultura, a mesma liderança que, indiscutivelmente, ostenta como centro político-administrativo do país. Mesmo as pessoas mais otimistas com o desenvolvimento da cidade ainda a encaram como "uma proposta cultural, um desafio à intelectualidade do país", nas palavras da secretária de Educação e Cultura do Distrito Federal, professora Eurides de Brito. Um perfil educacional da capital da República nos

seus vinte anos, segundo a secretária, será tanto mais acurado na medida em que se adotar a posição que animou os seus educadores pioneiros, para a identificação dos pontos de coincidência e dissidência entre o que se imaginou como um sistema educacional e o que efetivamente foi realizado nestas duas décadas.

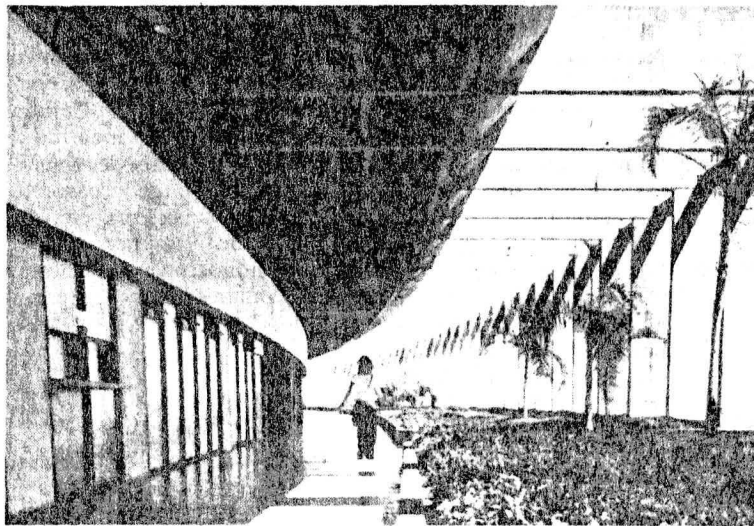
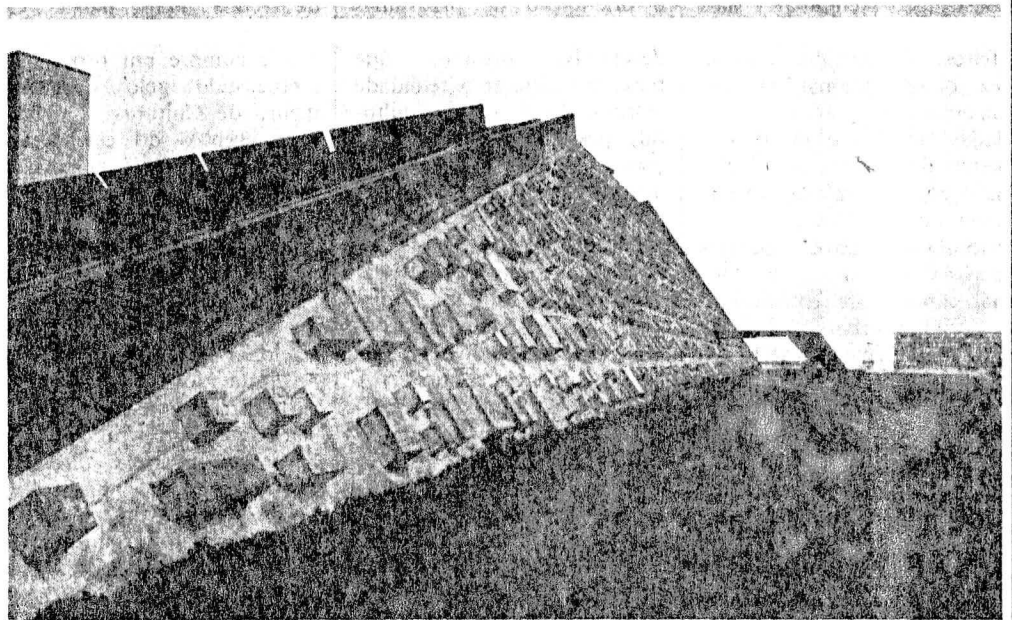
Essa postura não pode deixar de identificar duas características que desviaram do rumo inicialmente previsto a proposta educacional de Brasília: o advento da Lei de Diretrizes e Bases (1961) e a explosão de matrículas em todas as escolas da cidade, conseqüência do crescimento demográfico vertiginoso.

A Lei de Diretrizes e Bases trouxe modificações organi-

zacionais sensíveis, que fizeram o ano de 1962 ser permeado de perplexidade para os planejadores, administradores e clientes do sistema, assim como para a própria comunidade. O ensino médio, então sob jurisdição do MEC, foi entregue à responsabilidade do Distrito Federal. A variedade de currículos propiciada pela nova legislação onerou o sistema com outra fase de implantação de estilos e procedimentos novos.

Além disso, dois outros fatores se somariam para influir na qualidade de prestação de serviços do ensino primário e médio: o ritmo de construção de escolas caiu e o de matrículas aumentou. Estava, então, instalado o descompasso entre a demanda e a oferta, com

O Teatro Nacional deixou de ser só uma bela construção para integrar as atividades culturais da cidade. E a Universidade de Brasília, com cerca de 9 mil alunos, cumpre seu papel na determinação do destino do ensino brasileiro.



Turismo

MAIORES ATRAÇÕES CONCENTRAM-SE NA ARQUITETURA

■ O turismo em Brasília, apesar de ainda não haver alcançado o desenvolvimento de centros renomados, tem crescido bastante nos últimos anos. E a meta do atual Governo do Distrito Federal é transformar o turismo em indústria forte e prioritária, capaz de angariar divisas para o país. Além disso, pretende-se utilizar essa atividade como instrumento propulsor da desconcentração do desenvolvimento econômico, de forma a propiciar um crescimento harmonioso, eliminando os desequilíbrios regionais e criando oportunidades de emprego nas áreas menos favorecidas.

Obedecendo a essas metas governamentais e valendo-se do fato de Brasília ser uma das mais modernas capitais do mundo, arquitetonicamente inovadora e fruto de arrojado planejamento urbano, o Departamento de Turismo (Detur), órgão do Governo do Distrito Federal, tem procurado explorar ao máximo esses aspectos, com o intuito de motivar um fluxo turístico de origens interna e externa.

Referências turísticas

Marco histórico — Pedra fundamental da escolha do local da nova capital, implantada em Planaltina a 7 de setembro de 1922, nas comemorações do Centenário da Independência.

Catetinho — Construído de madeira, o Catetinho, hoje patrimônio histórico nacional, serviu de sede provisória do Governo Federal durante a construção de Brasília. Ponto turístico citado em todos os roteiros, essa construção, que hoje abriga um museu, guarda lembranças da época em que o pre-

sidente Juscelino Kubitschek comandava as obras da capital federal.

Cruzeiro — Cruz de madeira, erguida no ponto mais elevado do Plano Piloto, marca o local onde foi celebrada a primeira missa de Brasília, a 3 de maio de 1957.

Palácio da Alvorada — Residência oficial do presidente da República, foi a primeira construção definitiva de alvenaria da nova capital. De concepção singular, a forma de suas colunas tornou-se mundialmente conhecida como símbolo da cidade.

Praça dos Três Poderes — Constitucionalmente harmônicos, os três poderes da

República — Executivo, Legislativo e Judiciário — encontram também harmonia física na praça onde estão localizados seus palácios.

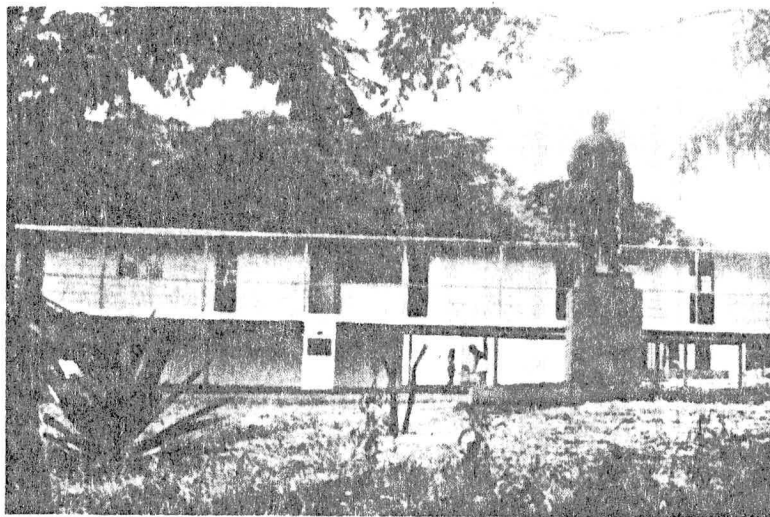
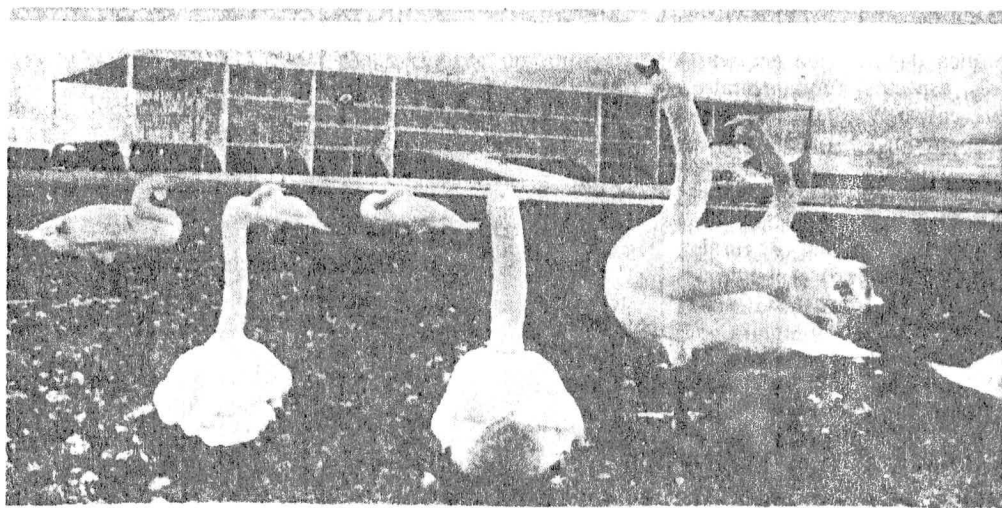
Palácio do Planalto — Também chamado Palácio dos Despachos, abriga o gabinete do presidente da República e outros órgãos do Executivo.

Congresso Nacional — Celebrizado por duas cúpulas dispostas de maneira oposta, o conjunto arquitetônico abriga a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, que constituem o Legislativo Federal.

Supremo Tribunal Federal — Representa o Poder Judiciário. Localiza-se defronte do Palácio do Planalto, ten-

O Palácio do Planalto abriga hoje o gabinete do presidente da República.

O "Catetinho" (embaixo) era a sede provisória do governo, quando Juscelino Kubitschek ia inspecionar as obras de construção da cidade.





obrigado pai

Há 35 anos, a **iap** vem colaborando com o agricultor, como somente um pai o faria: analisando suas terras em laboratórios próprios, sob a direção de técnicos especializados que sempre encontram a forma de obter melhores resultados, com menor custo; produzindo fertilizantes através de tecnologia avançada que garante maior eficiência e rendimento; oferecendo a orientação de agrônomos;



iap o fertilizante do pai

atendendo ao agricultor através de uma extensa rede de vendas que cobre todo o Brasil. Todo esse trabalho fez com que a **iap** se tornasse o pai adotivo de milhares de agricultores bem sucedidos. E é por isso que hoje nos sentimos no direito de

dar-lhes um conselho:

Use fertilizantes **iap** em toda sua plantação, e você verá que um dia seus filhos também irão lhe agradecer.

A beleza de Brasília não está apenas nas linhas arrojadas de seus palácios. Vista em conjunto, de qualquer ângulo, ela provoca sempre a admiração dos turistas.

do em frente a estátua da Justiça.

Palácio do Itamaraty — Sede do Ministério das Relações Exteriores, é considerado uma das mais belas obras de Oscar Niemeyer em Brasília. Sua decoração combina com extraordinário bom gosto móveis antigos e modernos e obras de arte dos mais famosos artistas contemporâneos.

Palácio da Justiça — Sede do Ministério da Justiça, fica em frente ao Itamaraty. Obra magnífica, este prédio destaca-se por suas cascatas artificiais que correm entre as colunas de concreto.

Esplanada dos Ministérios — Ao longo do eixo monumental, entre a plataforma

rodoviária e a Praça dos Três Poderes, abriga as sedes dos ministérios e do Tribunal de Contas da União, separadas por amplos espaços verdes.

Catedral — Localizada no eixo monumental, numa praça independente ao lado dos prédios dos ministérios, esta obra original atesta o gênio inventivo de Oscar Niemeyer. O interior circular é todo banhado de luz natural que penetra através dos vitrais sustentados pelas colunas de concreto.

Palácio do Buriti — Fica na Praça da Municipalidade. É a sede da Administração do Distrito Federal, abrigando o gabinete do governador e órgãos auxiliares.

Plataforma rodoviária — Centralizadora do tráfego da cidade, localiza-se no cruzamento dos grandes eixos monumental e rodoviário. Tem a forma de H e foi construída em quatro planos, ligados por escadas e elevadores.

Teatro Nacional — Construído perto da plataforma rodoviária, destaca-se pela sua forma de pirâmide truncada que parece emergir do solo como uma formação natural. Abriga três salas de espetáculos: Martins Pena, com capacidade para receber 450 pessoas; Villa-Lobos, para 1.300, e Alberto Nepomuceno, para noventa espectadores.

Museu Histórico — Fica na Praça dos Três Poderes e tem em suas paredes internas inscrições que relatam a construção da capital. No lado externo, destaca-se uma escultura em bronze de grandes proporções reproduzindo a cabeça do ex-presidente Juscelino Kubitschek.

Ermida de Dom Bosco — Capela erguida em homenagem a um dos padroeiros de Brasília (São João Bosco), às margens do lago Paranoá, de onde se descortina toda a cidade.

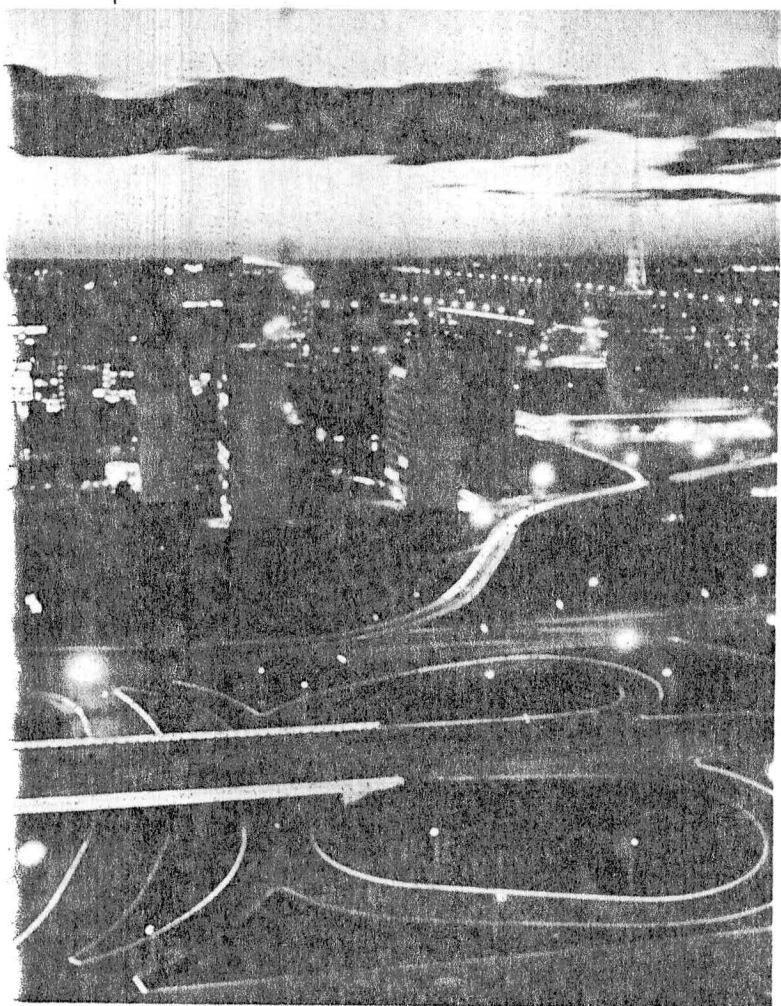
Torre de televisão — Com 218 m de altura, erguida no Setor de Difusão Cultural, a torre é considerada a quarta mais alta do mundo. Do seu mirante, a 75 m do solo, tem-se uma visão ampla da capital.

Lago Paranoá — Os riachos Bananal, Fundo, Gama e Torto, situados em torno do centro urbano de Brasília, formam o rio Paranoá que, represado, constitui o lago artificial do mesmo nome. As águas represadas, num volume de 600 milhões de m³, contribuem para melhorar o índice de umidade do ar, nas épocas mais secas do ano. Em suas margens localizam-se os clubes esportivos e recreativos, além de outros equipamentos de lazer.

Parques — Existem em Brasília dois grandes parques: o Parque Recreativo Rogério Pithon Farias, com uma área de 4 milhões de m², oferecendo entre outras atrações uma piscina com ondas; e o Parque Nacional, muito procurado pelos brasilienses, não só por sua fonte de água mineral mas também pela piscina pública de água corrente.

Aeroporto Internacional — Situado junto à península Sul e distando aproximadamente 10 km do centro da cidade, destaca-se por sua beleza e funcionalidade. É dotado de modernos equipamentos e oferece serviços de qualidade.

A cidade — Além das construções e aspectos particulares encontrados em Brasília, a cidade é, toda ela, uma inesgotável fonte de atrações. Vale a pena fazer um passeio pelas superquadras,



Costumes

AS COMEMORAÇÕES DO NATAL FIRMAM TRADIÇÃO

com suas áreas verdes, e, naturalmente, conhecer o campus da Universidade.

Artesanato

O produto artesanal típico do Distrito Federal são os arranjos feitos de flores secas, típicas dos cerrados, e este é um aspecto que vem sendo incentivado pelo Governo local. A maior parte dos artesãos, entretanto, dedica-se à confecção de bijuterias e artigos de couro, como bolsas e sapatos.

Traços marcantes são observados também no trabalho feito com fibras vegetais (cestaria e tecelagem), na escultura e entalhes em madeira, além da cerâmica, dos móveis de couro, madeira e taboca.

O principal núcleo de comercialização de artesanato do Distrito Federal é a Feira de Artes realizada na Praça da Torre de TV, seguida pela Galeria dos Estados, que reúne produtos artesanais de todo o país. Nas cidades satélites, já funcionam alguns centros de comercialização direta, destacando-se os de Sobradinho e Taguatinga, onde existem grupos organizados e associações de classe.

A Comissão de Apoio ao Artesanato do Distrito Federal, criada em 1979, vem desenvolvendo estudos para identificação e caracterização de produtos, além de procurar sintonizar os programas de artesanato desenvolvidos por diversos organismos que atuam nesta área.

Em março de 1980, Brasília esteve representada na I Feira Nacional de Artesanato, realizada em São Paulo, e alguns de seus produtos foram selecionados para um programa de exportação criado pelo Ministério do Trabalho. Os primeiros exemplares serão enviados ainda este ano para o Japão e a Alemanha.

■ "Brasília — a Capital Brasileira do Natal" é um dos *slogans* lançados pelo Governo do Distrito Federal para motivar o interesse dos turistas, não só durante os festejos natalinos, mas durante o ano todo. De fato, o Natal vem-se tornando uma data especial no calendário turístico de Brasília. No ano passado, a ornamentação da cidade foi cuidadosamente planejada, conseguindo-se impressionantes efeitos de luz e cor. A torre de televisão foi transformada numa árvore de Natal estilizada, adornada com milhares de lâmpadas coloridas; as vitrinas das lojas comerciais disputaram um prêmio instituído pelo Departamento de Turismo e as principais vias públicas e fachadas de edifícios residenciais e comerciais receberam decorações alusivas ao Natal, inclusive nas cidades satélites.

Na Esplanada dos Ministérios, a iluminação feérica recebeu efeito especial com as mensagens colocadas nos prédios públicos. Defronte do Palácio do Buriti, sede do Governo do Distrito Federal, foi armada também uma espetacular árvore estilizada, com altura de 15 m e 12 m de diâmetro na base, enfeitada com quatrocentas lâmpadas. Árvores menores, mas de grande efeito, foram espalhadas por praticamente todos os logradouros públicos de Brasília e das cidades satélites.

Mas as comemorações do Natal não se restringiram ao aspecto visual da cidade. Por iniciativa da Fundação Cultural do Distrito Federal, foi apresentado no Cine Brasília o "Oratório de Natal" de Bach, com a orquestra sinfônica do Teatro Nacional.

Nas cidades satélites, o De-

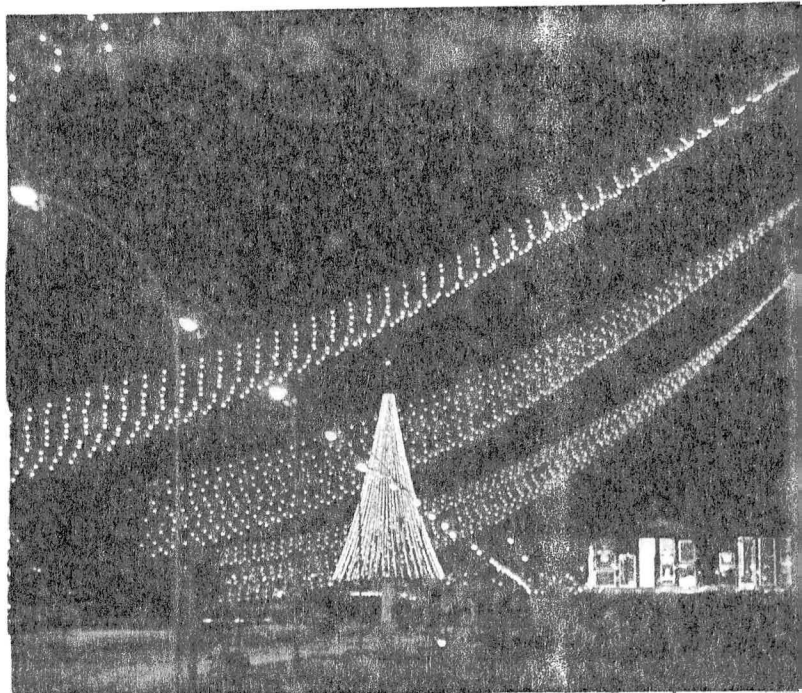
partamento de Turismo, a Fundação Cultural e a Fundação de Serviços Sociais, em conjunto com as administrações locais, promoveram apresentações públicas com a dramatização do nascimento de Cristo.

A PAS — Proteção e Ação Social, entidade presidida pela mulher do governador, Zely Lamaison, organizou o Natal Participado, um programa de atendimento às populações carentes do Distrito Federal.

Acolhida

Quando pretendeu transformar o Natal de Brasília numa festa de caráter nacional, o Governo do Distrito Federal não poderia esquecer as condições de recepção aos visitantes.

A decoração festiva da cidade, com suas árvores estilizadas e prédios enfeitados com milhares de lâmpadas, é apenas um aspecto das comemorações do Natal, que não perderam seu significado religioso.



O embelezamento visual da cidade durante as festas natalinas é mais um fator de atração turística. Para aproveitar melhor esse potencial, hotéis e empresas aéreas concedem desconto em suas tarifas nessa época.

Tanto que, em meados de novembro do ano passado, foi lançado o Projeto Brasília, em solenidade realizada no Palácio do Buriti. Elaborado pelo Departamento de Turismo em colaboração com a Embratur, o projeto inclui-se no plano de dinamização do turismo interno. Estiveram presentes, além do governador Aimé Lamaison, o ministro da Indústria e do Comércio, Camilo Penna; o presidente da Embratur, Miguel Colasuonno, e o diretor do Detur-DF, Haroldo de Castro Oliveira. Assim, durante o período de festas do fim de ano, os turistas que viajaram para Brasília foram contemplados com descontos de 30% a 50% nas tarifas aéreas e nas diárias dos hotéis. Uma iniciativa, que, aliás, casa

perfeitamente com o desejo do presidente João Figueiredo de facilitar ao brasileiro de classe média o conhecimento do país.

Mensagem

Festas, luzes, cor, hospitalidade — tudo isso contribuiu para lançar Brasília como "Capital Brasileira do Natal", mas esteve presente, acima de tudo, o espírito cristão que preside a data. Esse foi um dos pontos ressaltados pela mensagem que o governador Aimé Lamaison divulgou naquela ocasião e que aqui reproduzimos na íntegra:

"Estamos na plenitude das festividades que cercam a data magna da Cristandade, neste ano de 1979, marcado pela confraternização nacional, quando o generoso gesto da mão estendida, compreendido pelos corações que abrigam sentimentos de igual nobreza, promove a paz e a concórdia entre os irmãos brasileiros.

É este, também, significativamente, o Natal do Ano Internacional da Criança, sob os auspícios de uma meritória campanha que, no Brasil, além dos resultados objetivos alcançados, teve a virtude de despertar a consciência coletiva para o problema do menor carente, mostrando que todos nós, em menor ou maior escala, somos responsáveis; mostrando que temos como solucioná-lo, mediante a contribuição de cada um, dentro das limitações individuais porém sem egoísmos, de sorte a assegurar a todas as crianças do Brasil, sem distinção, o livre acesso à instrução, à saúde, aos alimentos indispensáveis ao seu desenvolvimento, enfim, a uma qualidade de vida que lhes permita crescer com dignidade, depositando esperanças no seu futuro, que é o próprio porvir deste país.

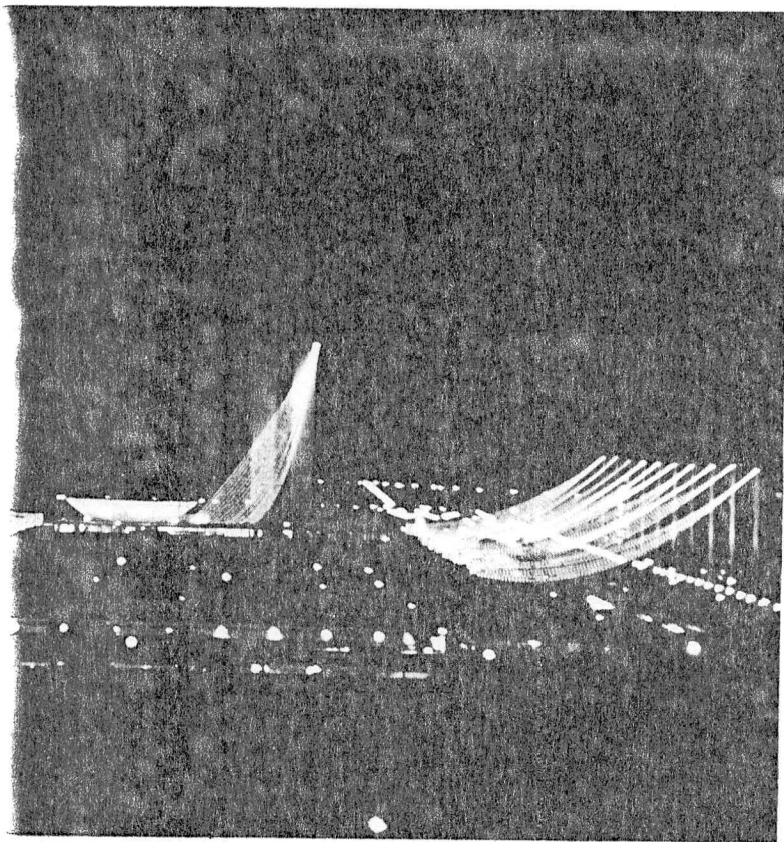
Nenhuma outra oportunidade será tão propícia como o Natal para evocar os direi-

tos da criança e a pacificação da família brasileira. Com efeito, o Natal assinala o início da Era Cristã, com o nascimento do doce e meigo Menino Jesus — O Salvador, que um dia disse aos austeros adultos que o cercavam que deixassem ir a Ele as crianças, porque delas era o Reino dos Céus. Mas o Filho de Deus amou sobretudo a Humanidade, por quem veio à Terra com a sagrada missão de salvar. Deu-nos, como exemplo de amor ao próximo, a tolerância e a humildade; pregou a paz e o entendimento entre as pessoas e nações; legou-nos, assim, os fundamentos do Cristianismo que os homens de boa vontade vêm procurando seguir, iluminados pelo seu santificado desvelo.

As lâmpadas que enfeitam esta cidade oferecem-nos um magnífico espetáculo de luz e de profundo sentimento religioso, fazendo lembrar que foi a luminosidade de uma estrela errante que um dia indicou aos homens de fé os caminhos da humilde manjedoura de Belém.

Estas luzes são parte da promoção que visa a tornar Brasília a Capital Brasileira do Natal, motivando os seus habitantes a permanecer aqui, comemorando o nascimento de Cristo em seus lares, dentro da melhor tradição cristã de nosso povo. Pretendemos que o Natal em Brasília volte a ser a festa do conagração familiar, do reencontro de pais e filhos, de irmãos, de parentes e amigos que há muito não se vêem, distanciados uns dos outros pelas contingências da vida.

Pretendemos um Natal da família, onde, presente a oração, possamos pedir a Deus que nos mantenha irmanados em torno do mesmo sentimento de brasilidade, unidos pela fé que fez deste o maior país cristão do mundo, conservando-o como um exemplo vivo para a paz mundial."





“ Aos vinte anos, superada a fase épica da mudança, Brasília prepara-se para assumir a posição de autêntico centro de comando político e administrativo do país, plenamente consciente das responsabilidades e prerrogativas inerentes à sua condição de capital.

Durante as duas primeiras décadas de sua existência, a história de Brasília girou preponderantemente em torno da edificação da cidade, voltada a seguir para as lutas que visavam a consolidá-la e assim tornar irreversível a transferência da capital. O gigantesco esforço então despendido a fim de viabilizá-la fez com que o canteiro de obras, característica dos primeiros tempos da cidade, cedesse lugar a esta moderna metrópole, palpitante de vida, conhecida e admirada em todas as partes do mundo, motivo de orgulho dos brasileiros e símbolo da capacidade empreendedora de nosso povo. A próxima, por conseguinte, será a década da humanização da cidade, que dará a exata dimensão de sua personalidade.

Em Brasília estrutura-se uma nova mentalidade, com as características mais marcantes da índole brasileira, síntese da integração de diversas culturas regionais aqui trazidas pelas correntes migratórias oriundas de todas as latitudes do território

CHEGOU A HORA DE DAR A CIDADE UMA FACE HUMANA

nacional. O produto final desse amálgama de valores e costumes é o que se denominará de a alma brasiliense, ou seja, a verdadeira identidade candanga.

A partir de agora, a primeira geração de brasilienses natos começa a substituir a geração pioneira na condução dos destinos da cidade, iniciando um novo ciclo de sua vida. Cabe a eles, doravante, que igualmente atingem a maioridade, demonstrar ao mundo que a Capital da Esperança é sobretudo humana, cordial e acolhedora, intérprete e participante dos anseios nacionais. A calorosa acolhida que a nossa comunidade, em data recente, dispensou a Sua Santidade o papa João Paulo II em nada ficou a dever às outras capitais brasileiras, quer em volume de concentração ou em termos de vibração popular, desmentindo, assim, de modo inquestionável, aqueles que a consideravam despida de conteúdo humano.

Brasília tornou-se mundialmente conhecida pela sua arquitetura e, principalmente, por seus monumentos. Porém, aos vinte anos, temos a satisfação de proclamar que o seu maior monumento é o nosso povo, nossa gente.”

**Aimê Alcibiades
Silveira Lamaison**

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Poder Legislativo

Cabe ao Senado, por disposição da Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, arti-

gos 17 § 1º e 42 V, discutir e votar os projetos de lei sobre matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração do Distrito Federal; e pelo artigo 42, III, aprovar previamente, através de voto secreto, a escolha dos conselheiros do Tribunal de Contas do DF. Com o auxílio do Tribunal de Contas, o Senado exerce a fiscalização financeira e orçamentária.

Tribunal de Contas

Criado pela Lei 3.751, de 13 de abril de 1960.
Palácio Costa e Silva, Praça do Buriti, PABX 225-1110; CEP 70075, Brasília, DF.

PRESIDENTE

Raul Soares da Silveira.
Vice-presidente: Geraldo de Oliveira Ferraz; fone 224-5703.
Membros: José Parsifal Barroso, José Wamberto Pinheiro de Assunção e Rogério Nunes.
Auditores: Jesus da Paixão Reis e Raimundo Vieira.
Procuradora-geral: Elvia Lordello Castelo Branco; fone 224-2753.
Procuradores-adjuntos: José Guilherme Villela, Lincoln Teixeira Mendes Pinto da Luz e Roberto Ferreira Rosas.
Inspetor-geral de Controle Externo: Pedro Delforge.

PODER EXECUTIVO

Palácio do Buriti, Praça do Buriti, PABX 225-7055, telex (061) 1374, CEP 70075, Brasília, DF. Nomeado pelo presidente da República, com o prévio assentimento do Senado Federal, o governador do Distrito Federal exerce as funções executivas e administrativas que lhe cabem, com o auxílio dos secretários.

GOVERNADOR



Aimé Alcibiades Silveira Lamaison.
Nascido a 21 de novembro de 1918, em Passo Fundo, Rio Grande do Sul, é coronel R/R desde 1972. Coursou o Colégio Militar de Porto Alegre e as escolas Militar do Realengo (cavalaria), de Aperfeiçoamento de Oficiais e Estado-Maior do Exército. Possui os cursos de técnico em Administração de

Empresas e Police Executive Course (sênior). Principais atividades militares: diretor-geral do Arquivo do Exército; comandante do 7º Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado; comandante do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de Porto Alegre; instrutor do CPOR do Pará e dos cursos de Formação e de Aperfeiçoamento de Oficiais da PM de Pernambuco; oficial de Estado-Maior da 3ª Divisão de Cavalaria, da 3ª Região Militar, da 6ª Divisão de Infantaria e do III Exército. Entre as atividades civis, foi presidente do Conselho Superior de Informações e Operações Policiais, e presidente do Conselho e chanceler da Ordem do Mérito Brasília. É presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal e grão-mestre da Ordem do Mérito Brasília, cargos assumidos juntamente com o de governador. Foi, ainda, secretário da Segurança Pública do Distrito Federal durante dois governos (1970—79).

Assessor-militar: major BM José Roberto Magale Vale; fone 223-4494 e ramais 10 e 25.
Ajudante-de-ordens: capitão PM Francisco Cavalcante Neves Neto; ramais 10 e 25.

GABINETE CIVIL

SECRETÁRIO



Paulo José Martins dos Santos; fones 223-4302 e 223-8303, e ramais 12 e 38.

Nascido a 25 de dezembro de 1939, na cidade do Rio de Janeiro. Formado em Economia e Administração de Empresas, pela Universidade de Brasília, possui diversos cursos de aperfeiçoamento. Dentre os cargos relevantes ocupados destacam-se os de comandante da Escola de Formação de Oficiais do Corpo de Bombeiros de Brasília, chefe do Serviço de Transportes do Gabinete Militar do governador do Distrito Federal e adjunto da Divisão de Ensino do Centro de Estudos do Pessoal do Exército, no Rio de Janeiro. Atualmente,

é professor da Fundação Educacional e da Universidade Federal do Distrito Federal, sendo detentor de várias medalhas. Subchefe: Antônio Carlos Guimarães Dias (substituto); fone 223-4379.

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Coordenador: Marcus Vinicius Bucar Nunes; fones 223-7353 e 224-4797, e ramal 18.

CERIMONIAL

Chefe: José Radaelli; fone 225-2768 e ramais 36 e 37.

ENTIDADES VINCULADAS

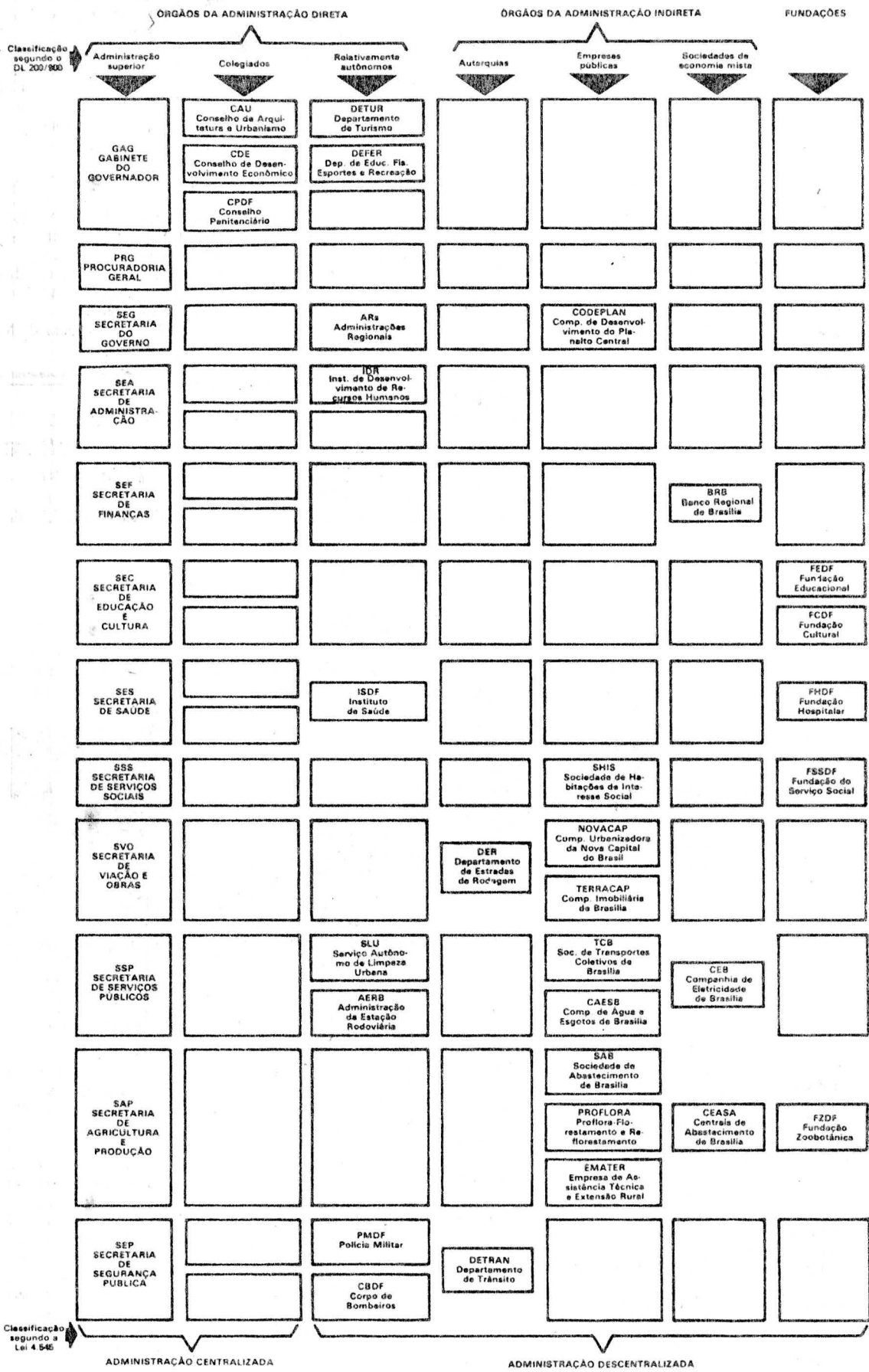
DEPARTAMENTO DE TURISMO (Detur)

SDC, Centro de Convenções de Brasília; fones 223-2284, 224-7003 e 226-6320; CEP 70041.
Diretor: Haroldo de Castro Oliveira.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTES E RECREAÇÃO (DEFER)

SEN, Ginásio de Esportes Presidente Medici; fones 223-1349 e 224-1623; CEP 70075.
Diretor: Maurício Duque Bicalho.

ORGANIZAÇÃO BÁSICA DA ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL



GABINETE MILITAR

Palácio do Buriti; fone 225-7055.

SECRETÁRIO



Tenente-coronel PM Hugo Guimarães Costa; fone 223-9864 e ramal 14.

Natural do Rio de Janeiro, nascido a 30 de março de 1935. Bacharel em Direito, formado pela Universidade de Brasília, possui o curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, pela Polícia Militar do Distrito Federal, e o curso Extraordinário Normativo das Atividades de Polícia Judiciária, promovido pela Academia Nacional de Polícia de Brasília. Participou do 1º Ciclo de Conferências sobre Justiça Militar, do Ciclo de Conferências sobre Justiça do Trabalho e do VII Ciclo de Estudos da ADESG. No exterior, realizou cursos de Trânsito Urbano e Rodoviário, de Segurança de Fronteiras e de Bombas e Explosivos. Dentre as honrarias recebidas, destaca-se a Ordem de Mérito Brasília, no grau de Grande Oficial.

Subchefe: tenente-coronel BM José Ricardo Barboza Sobrinho; fone 223-3425 e ramal 43.

SERVIÇO DE SEGURANÇA

Palácio do Buriti; fone 223-5303 e ramal 33.

Chefe: major PM Almir Maia Ribeiro.

SERVIÇO DE TRANSPORTES

Anexo do Palácio do Buriti, 2º andar; fones 224-5747 e 225-6830, ramal 235.

Chefe: major BM Edson Sabino de Araujo.

SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÕES

Anexo do Palácio do Buriti, 2º andar; fones 224-2073 e 225-7055, ramal 32.

Chefe: major BM Paulo Sérgio Ramos.

SERVIÇO DE MANUTENÇÃO

Anexo do Palácio do Buriti, 2º

andar; fones 226-8293 e 225-7055, ramal 52.

Chefe: capitão PM Antônio Marangon Neto.

CONSULTORIA JURÍDICA

Palácio do Buriti; fones 226-6686 e 225-7055, ramal 26; CEP 70075.

CONSULTOR



Almiro Gerin de Amorim

PROCURADORIA GERAL

SAIN, Bloco I, Edifício-sede da PRG; PABX 226-2140; CEP 70610.

PROCURADOR



Emanuel Francisco Mendes Lyrio; fone 225-5297 e ramal 215.

Chefe de Gabinete: Célio Afonso de Almeida; fone 223-1374.

Subprocuradores

1º) Julio César Santos; fone 224-2523.

2º) Roberto Pires Barbosa; fone 224-6661.

3º) Octávio Leite de Souza; fone 224-6466.

4º) Pompílio Almada Horta Cruz; fone 224-9403.

ENTIDADES VINCULADAS

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO (CAU)

Presidente: o governador do Distrito Federal.

Conselheiros natos: Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, José Carlos Mello, Eni de Oliveira Castro e Arnaldo Corrêa Rabello.

Conselheiros com mandato: Edilson Cid Varella e Stênio de Araújo Bastos.

CONSELHO PENITENCIÁRIO
SDS, Edifício Venâncio IV, 2º andar; fone 223-2798; CEP 70300.

Presidente: Nelson Trancoso Meirelles.

Conselheiros: Cláudio Lemos Fontelles, Miguel Jorge Sobrinho, Elisio Rodrigues de Araújo, Almiro Gerin de Amorim, Léa Esteves, Celso Franco de Sá Santoro e Milton Rodrigues da Paixão.

Suplentes: José Maria Rodrigues de Moraes, Álvaro Augusto Ribeiro Costa, Sinésio Franqueiro da Silva, João Carneiro de Ulhos e José de Almeida Coelho.

CENTRO DE INTERNAMENTO E REEDUCAÇÃO

Diretor: Evaldo Carneiro.

Secretaria de Administração

Edifício anexo do Palácio do Buriti; fones 224-5053 e 224-8403; CEP 70075.

SECRETÁRIO



José Antonio Arocha da Cunha. Nasceu em São Luís Gonzaga, Rio Grande do Sul, a 18 de março de 1943. Bacharel em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, possui diversos cursos de aperfeiçoamento e de especialização a nível de pós-

graduação. Dentre os cargos ocupados, destacam-se os de diretor do Centro e Treinamento e superintendente de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Própria Secretaria de Administração do Distrito Federal.

Chefe de Gabinete: Maristela Arantes Marteleto; fones 224-8403 e 223-2189.

ENTIDADE VINCULADA

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS (IDR)

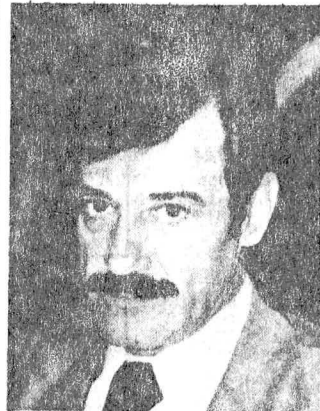
SGO, Lote 1, Quadra 2; fones 223-7500, 225-4255 e 225-6885; CEP 70610.

Diretora: Wanda de Mello Lôbo Rocha.

Secretaria de Agricultura e Produção

Edifício anexo do Palácio do Buriti, 14º andar; PABX 225-6830, fone 224-1616.

SECRETÁRIO



Alceu Sanches. Nasceu a 25 de agosto de 1935, em Miranda, Mato Grosso do Sul. Bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro, possui diversos cursos de extensão universitária. Iniciou suas atividades no setor público em 1967 como presidente das Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. Atualmente exerce as funções de chefe de Gabinete do secretário-geral do Ministério da Agricultura e assessor do ministro da Agricultura para programas especiais (ra-

mal 46).

Chefe de Gabinete: Mário Alves Seixas; fone 223-0135 e ramal 465.

ENTIDADES VINCULADAS

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL S.A. (CEASA)

SIA/Sul, Quadra 7, nº 100; fone 233-2186; CEP 71200.

Diretor-presidente: Carmo Robilota Zeitune; fone 233-2186.

Diretor-financeiro: Massaharu Ivashima Seo; fone 233-1586.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (Emater)

SCR Norte, quadras 702 e 703, Bloco C, lojas 14/16; fone 225-3191; CEP 70710.

Diretor-presidente: Mário Cappi Filho.

Diretor-técnico: Valdir Marques Giusti; fone 224-2738.

FLORESTAMENTO E REFLORESTAMENTO S.A. (Proflora)

SCL Norte, 302, Bloco A, Loja 45; fone 225-8747; CEP 70723.

Diretor-presidente: Niel Vaz Corrêa.

Diretor-administrativo: Joel Peres Vasconcelos; fone 225-9647.

Diretor-técnico: Mário Cappi Filho; fone 225-9647.

FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL

Edifício Rogério Pithon Farias, Avenida W5 Norte; fones 272-0120, 272-1622; CEP 70390.

Presidente: o secretário da Agricultura e Produção; ramais 111 e 116.

Diretor-executivo: Manoel Gonçalves Torres Filho; fone 272-1622.

SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA S.A. (SAB)

Avenida W3 Norte, Quadra 511, Bloco A, 3º andar; fones 273-5308, 273-5481 e 273-5491; CEP 70750.

Diretor-superintendente: Fernando Queiroz Neves; fone 273-5308.

Diretor-administrativo e financeiro: Carlos Roberto Silveira Utsch; fone 273-5491.

Secretaria de Educação e Cultura

Edifício anexo do Palácio do Buriti, 9º andar; fone 225-1603; CEP 70075.

SECRETÁRIO



Eurides Brito da Silva.

Nasceu a 28 de fevereiro de 1937, em Capanema, Pará. Doutora em Educação e livre-docente, possui curso de pós-doutoramento em Educação pela Universidade da Califórnia, nos Estados Unidos, sendo também doutora *honoris causa* pela University Andrews de Michigan, deste mesmo país. Atualmente é membro do Conselho Federal de Educação, tendo vários artigos publicados em revistas nacionais e estrangeiras.

Chefe de Gabinete: Maria Nilda Ilha Barbosa da Silva; fone 224-0016.

ENTIDADES VINCULADAS

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL SGA Norte, Quadra 607, Módulo A/F, 2º andar; fone 272-4810; CEP 70850.

Presidente: Eurides Brito da Silva (Secretaria de Educação); fone 225-1603.

Diretor-executivo: Joaldomar Gomes Almeida; fone 272-4810.

FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL

Avenida W2 Sul, Quadra 508, Bloco A, Loja 73; fones 243-0523 e 243-0544; CEP 70351.

Presidente: Eurides Brito da Silva (Secretaria de Educação e Cultura); fone 225-1603.

Diretor-executivo: Carlos Fernando Mathias de Souza; fones 243-0525 e 243-0544.

Secretaria de Finanças

SBN, Edifício Vale do Rio Doce, 7º andar; fones 224-5403 e 224-7566; CEP 70040.

SECRETÁRIO



Fernando Tupinambá Valente. Natural de São Luís, Maranhão, nascido a 2 de outubro de 1928. Bacharel em Ciências Contábeis e em Ciências Econômicas, formado, respectivamente, pela Escola Técnica de Comércio de São Luís e pela Universidade Federal da Bahia, possui diversos cursos de especialização. Exerceu cargos relevantes: presidente do Conselho Regional de Administração Fazendária do Rio de Janeiro e presidente do Banco Regional de Brasília, além de ter feito estágio no Internal Revenue Service dos Estados Unidos.

Chefe de Gabinete: Gil Esteves Pereira; fone 224-7566.

DEPARTAMENTO DE DESPESA

Edifício Vale do Rio Doce, 7º andar; fone 225-3168.

Diretor: José Severino da Costa Andrade Filho.

DEPARTAMENTO DA RECEITA

Edifício Vale do Rio Doce, 6º andar; fone 223-9134.

Diretor: Joaquim Reginaldo Dias da Mata.

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE CONTABILIDADE

Edifício Vale do Rio Doce, 10º andar; fone 225-1443.

Coordenador: Moisés Carvalho de Sant'Ana.

ENTIDADE VINCULADA

BANCO REGIONAL DE BRASÍLIA (BRB)

SBS, Edifício Brasília, 3º andar; fones 224-3103, 224-7703 e 225-7178; CEP 70072.

Diretor-presidente: Celso Albano Costa.

Secretaria do Governo

Edifício anexo do Palácio do Buriti, 11º andar; fones 224-3403 e 225-3043; CEP 70075.

SECRETÁRIO



Armando Renan D'Avila Duarte.

Nasceu a 13 de abril de 1922, no Rio Grande do Sul.

Possui cursos das escolas Militar do Realengo, de Aperfeiçoamento de Oficiais e do Estado-Maior do Exército; é o fundador da Escola de Pára-quedismo Militar do Brasil. Foi membro da Missão Militar Brasileira no Paraguai e diretor da Companhia de Armazéns Gerais do Rio Grande do Sul.

Chefe de Gabinete: Roque Maldaner.

Administração da Cidade

Satélite do Núcleo Bandeirante
Praça Dom Bosco, Núcleo Bandeirante; fone 552-0875.
Administrador: Vivaldo Martins Alves Filho.

Administração do setor Residencial Indústria e Abastecimento

Área Especial (CAVE) Guará II; fones 568-2070 e 568-2093.
Administrador: Francisco José Pinheiro Brandes.

Administração Regional do Gama

Área Especial, Setor Central; fone 556-1042; CEP 72400.
Administrador: Antônio Valmir Campelo Bezerra.

Administração Regional de Taguatinga

Praça Central, Taguatinga; fones 561-0800 e 561-4453, e ramal 51; CEP 72000.
Administrador: Benedito Augusto Domingos.

Administração Regional de Ceilândia

EQNM 4/6, Conjunto D, lojas 1 a 6; fone 581-1129; CEP 72000.
Administrador: Maria de Lourdes Abadia Bastos.

Administração Regional de Brasília

Área Especial nº 4, Setor Tradicional, Brasília; fones 560-1138 e 560-1139; CEP 72700.
Administrador: Humberto De-nucci.

Administração Regional de Sobradinho

Área Especial, Quadra Central, Sobradinho; fone 591-1865; CEP 73000.
Administrador: Padre Jonas Vettoraci.

Administração Regional de Planaltina

Setor Administrativo, Planaltina; fones 596-1009, 596-2243 e 596-2643; CEP 73300.
Administrador: Salviano Antônio Guimarães Borges.

Administração da Cidade Satélite do Núcleo Bandeirante

Praça Dom Bosco; fone 552-0875; CEP 71700.
Administrador: Vivaldo Martins Alves Filho.

ENTIDADE VINCULADA

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL (Codeplan)
SAI Norte, Edifício-sede, Projeção H, PABX 223-8900, fones 226-8617 e 226-9946; CEP 70610.
Superintendente: Osvaldo Janot Filho.
Diretor-administrativo: Sérgio Garcia Parente; fone 226-9937.
Diretor de Execução Operacional: Daniel Cordeiro Campos; fone 226-1941.
Diretor de Planejamento: Dilson de Almeida Souza; fone 226-1941.

Secretaria de Saúde

SMH/Sul Edifício das Pioneiras Sociais, 9º andar, fone 224-9159; CEP 70334.

SECRETÁRIO



Jofran Frejat.
Natural de Floriano, Piauí, nascido a 19 de maio de 1937. Cirurgião, formado pela Faculdade Nacional de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro, exerceu os seguintes cargos de destaque: assistente do Serviço de Cirurgia da 13ª Enfermaria da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, chefe do Serviço de Cirurgia do Hospital Regional Asa Sul e membro titular do Colégio Brasileiro de Cirurgiões. Foi, ainda, por duas vezes diretor do Instituto Médico Legal de Brasília. Chefe de Gabinete: João Flávio Lemini de Rezende; fone 224-9509.

ENTIDADES VINCULADAS

INSTITUTO DE SAÚDE PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL (ISDF)
SGA, Quadra 601 Norte, lotes O e P; fone 225-7350, ramal 31; CEP 70830.
Diretor: Francisco Leonardo de Almeida.

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL (FHDF)
SMH/Sul, Edifício das Pioneiras Sociais, 8º andar; PABX 225-7350; CEP 70334.
Presidente: o secretário da Saúde.
Diretor-executivo: Tito de Andrade Figueroa; fone 224-6359, ramal 292.

Secretaria de Segurança Pública

SAI Norte, Edifício-sede, Lote A, 4º andar; PABX 225-3355, fones 224-3069, ramal 219 e 224-8964; CEP 70610.

SECRETÁRIO



Coronel Paulo Azambuja de Oliveira.
Nasceu em Caçapava, São Paulo. Possui diversos cursos de especialização e aperfeiçoamento, destacando-se os das escolas Superior de Guerra, e de Aperfeiçoamento de Oficiais. Foi diretor do Departamento Técnico da Confederação Brasileira de Hipismo, instrutor-chefe e subcomandante da Escola de Equi-

tação do Exército, subdiretor de Ensino e subcomandante do CPOR do Rio Grande do Sul. Chefe de Gabinete: Idecy Telles de Macêdo; fone 224-9964.

Departamento de Polícia Civil do Distrito Federal
SAIN, Lote A, 1º andar; fone 223-8234; CEP 70610.
Diretor: Edison Lasmar.

ENTIDADES VINCULADAS

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL (Detran/DF)
SAIN, fones 223-4660, 224-1959 e 226-0247; CEP 70610.
Diretor: Ismar Gonçalves da Costa.

CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL (CBDF)
SAIN, Quartel Central; fone 223-3253; CEP 70610.
Comandante-geral: coronel BM Manoelito Lemos Barreto.
Subcomandante: coronel BM Nestor Puga Wanderley; fone 223-4919.

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL (PMDF)
SAI/Sul, Quartel do Comando-Geral; fone 243-5816; CEP 70610.
Comandante-geral: coronel Egêo Corrêa de Oliveira Freitas.
Chefe do Estado-Maior: coronel PM Aristides Pompeu; fone 243-5611.

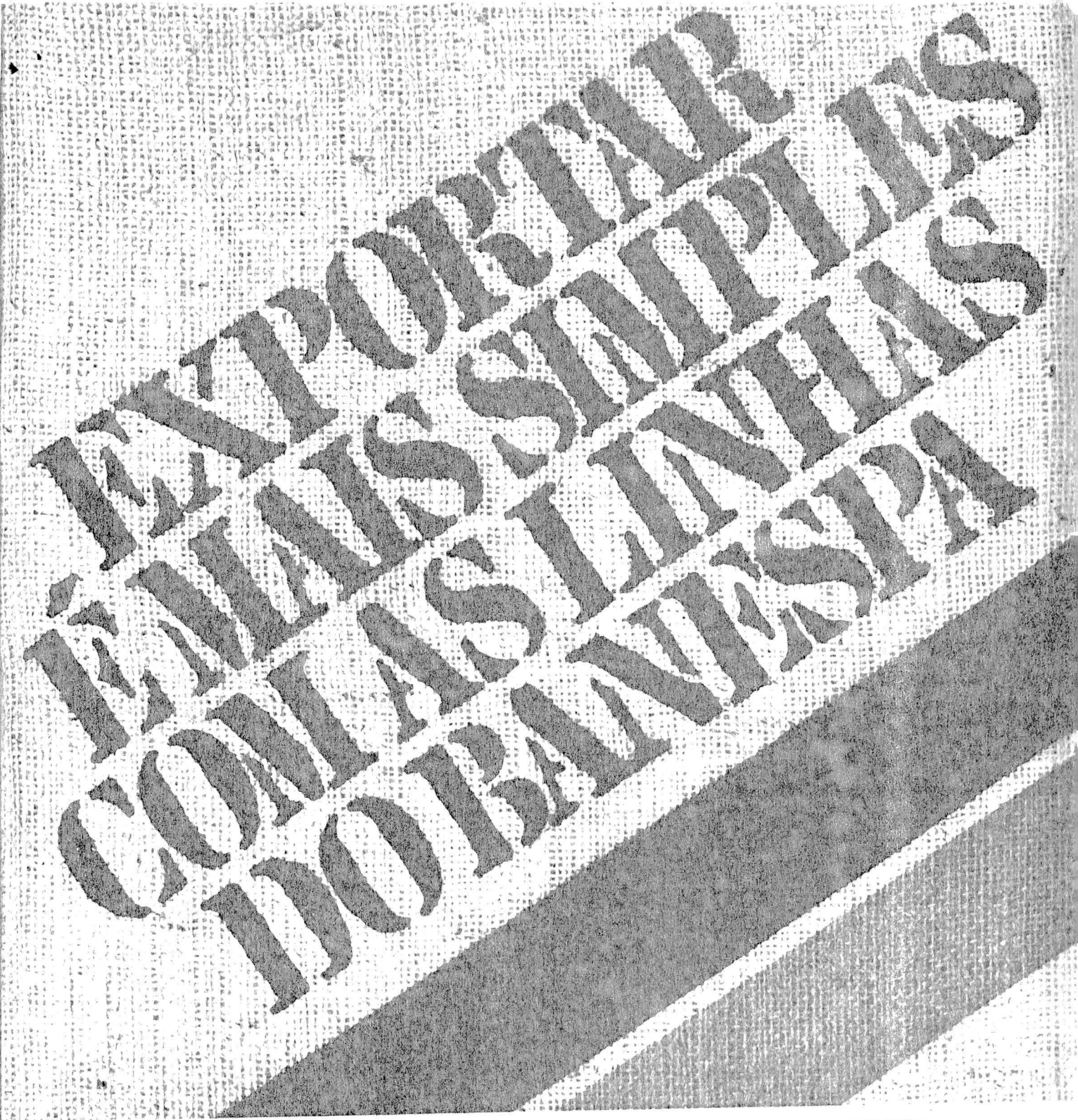
Secretaria de Serviços Públicos

Edifício anexo do Palácio do Buriti, 15º andar; fone 225-0528; CEP 70075.

SECRETÁRIO



José Geraldo Maciel.
Nasceu em Soledade de Minas,



O Banespa simplifica a sua exportação. Ele oferece completo apoio e toda uma assessoria ao exportador, desde a orientação legal até a indicação de mercados no exterior e os produtos mais adequados a cada país.

Ao mesmo tempo, cada agência do Banespa é um ponto-de-venda do Brasil. Uma porta aberta para quem quer investir nas oportunidades brasileiras. Há 16 anos o Banespa

desenvolve todo esse trabalho.

Ele está presente nos principais centros financeiros com uma rede de 20 agências internacionais. Brevemente serão inauguradas mais três dependências no exterior.

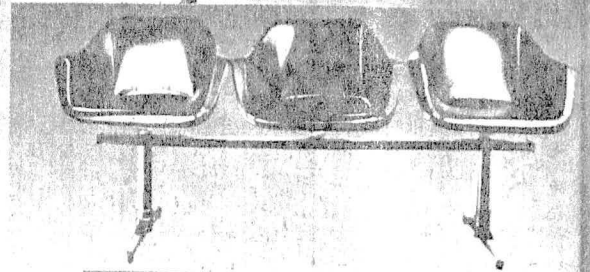
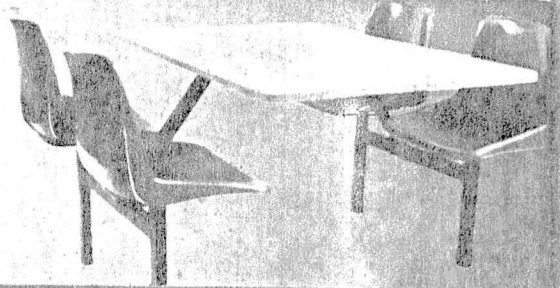
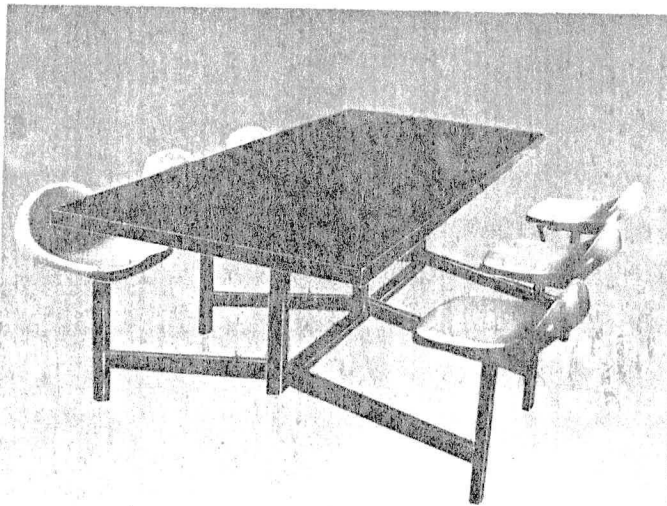
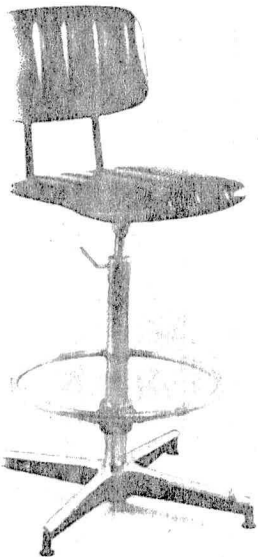
Exportar é mais fácil do que você pensa. Siga as linhas do Banespa e se entenda com o mundo.

banespa

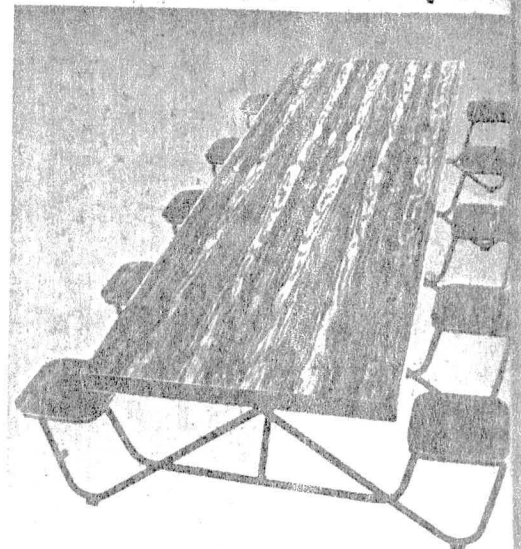
Banco do Estado de São Paulo SA

Amsterdã - Telex 17190Z BESP NL
Assunção - Telex 349PY BANESPA
Buenos Aires - Telex 18662 BAESP AR - 17837 BAESP AR
Caracas - Telex 23162 BESP VC
Frankfurt - Telex 414356 BESP D
Grand Cayman - Telex 791218 (BANESPAHOU)
Londres - Telex 888639 e 887996 - 8814963/4 FOREX
Los Angeles - Telex 674546 - 686486 - Madrid - Telex 45093
BESP E - 44179 COBC E - Manama - Bahrain - Telex 9347
BESP - BN - México - Telex 1777613 BESPME
Miami - Telex 512555 BANESPAMIA (Western Union)
264 343 BESP UR (RCA) - New York - Telex RCA - 234181
BANES UR - Telex Room - ITI - 422450 BANES UR
Telex Room - WUD - 125519 BANES UR - Telex Room
Paris - Telex General BESP 290586F - Operações: BESP 290312F
BESP 641077F - BESP 290438F
Porto Presidente Stroessner - Telex 297 PY
San Francisco - Telex 340308 BANESPA SFO
Santiago - Telex 3520271 BESP SGO
Tokyo - Telex J26825 TOBESP - J26393 TOBESP
Toronto - Telex 06523014 BANESPA TOR

Sente-se e escolha uma solução Andreasi.



Para
refeitórios industriais,
lanchonetes,
escolas, hospitais,
auditórios,
salas de espera
e escritórios.



A Andreasi acha que fabricar somente mesas e cadeiras não é o suficiente para acomodar uma, ou milhares de pessoas, confortavelmente.

Por isso ela vende um sistema completo, que vai desde o projeto - no qual estão previstos: facilidade de conservação, funcionalidade, melhor circulação e aproveitamento de espaços - até uma assistência técnica perfeita, antes, durante e após a instalação.

O sistema Andreasi quer dizer, ainda, maior quantidade de modelos à sua escolha, melhor qualidade e toda uma estrutura industrial para entregar seu pedido dentro do prazo.

Andreasi é a única empresa que há 21 anos se especializou em projetos e instalações para refeitórios. E por isso conquistou a confiança da maioria das empresas deste País.

Consulte a Andreasi - onde a melhor e mais adequada solução para cada caso está à sua espera.

Sente-se e escolha, com quem entende de refeitórios: Andreasi.

 **andreasi**
59 anos de experiência em móveis de aço

Rua Dona Alice de Castro, 60
Fones: 70-2021 e 70-2850 - São Paulo - SP

• Rio de Janeiro - 284-8499 • Salvador - 226-3262 • Curitiba - 222-4120 • Porto Alegre - 242-1443 • Belo Horizonte - 335-4613
• Vitória - 222-1528 • Fortaleza - 226-5287 • Rib Preto - 25-5469 • Recife - 224-3300 • Ponta Grossa - 222-4120 • Brasília - 273-2017

Minas Gerais, a 10 de outubro de 1942. Formado em Engenharia pela Escola Federal de Engenharia de Itajubá, exerceu cargos de chefia nos mais variados serviços e departamentos da Companhia de Eletricidade de Brasília (CEB).

Chefe de Gabinete: Paulo Wilson Guaraciaba; fone 224-4307.

ENTIDADES VINCULADAS

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DE BRASÍLIA (CEB)
SCS, Quadra 4, Bloco A, n.ºs 106/136; fones 224-4838 e 224-5838; CEP 70300.
Diretor-presidente: Gastão Luiz de Andrade Lima.

SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA (TCB)
SGO, Lotes 7/8, PABX 226-2615; CEP 70610.
Presidente: major Mauro Telles Cabral; fone 223-7153 e ramal 22.

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA (Caesb)
SCS, Quadra 13, n.ºs 67/97, 1.º andar, PABX 224-0405; fone 224-9813; CEP 70300.
Diretor-superintendente: Arnaldo Corrêa Rabello.

SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA (SLU)
Avenida das Nações, Usina de Tratamento de Lixo; fone 243-5408.
Superintendente: Altair Garcia Vieira.

Secretaria de Serviços Sociais

Edifício anexo do Palácio do Buriti, 4.º andar; fones 223-8603 e 224-3743; CEP 70075.

SECRETÁRIO



David Luiz Boianovsky.
Nascido em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, a 10 de outubro de 1932. Formado em Medicina pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, exerceu, entre os seus diversos cargos, os de perito da Organização Mundial de Saúde, consultor do Conselho Mundial de Alimentos.

ENTIDADES VINCULADAS

FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO

FEDERAL (FSSDF)
SCS, Edifício Ariston, 5.º andar; fones 224-0623 e 224-5865; CEP 70300.

Diretor-presidente: o secretário dos Serviços Sociais.

Diretora-executiva: Solange Rosa Schmidt.

SOCIEDADE DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (SHIS)

SCS, Edifício-sede da SHIS, Quadra 6, Bloco A, 3.º andar; fone 223-3236; CEP 70300.

Diretor-superintendente: José Carlos Barcellos Ehlers.

Secretaria de Viação e Obras

Edifício anexo do Palácio do Buriti, 12.º andar; fones 223-8123 e 224-8003; CEP 70075.

SECRETÁRIO



José Carlos Mello.
Nasceu em Salvador, Bahia, a

30 de junho de 1942. Engenheiro formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, possui vários cursos de especialização na área de Engenharia e Planejamento de Transportes. Foi professor das universidades federais do Rio de Janeiro e Santa Catarina, e chefe do Departamento de Planejamento e Projetos da Empresa Brasileira de Turismo. Tem vários trabalhos publicados em órgãos de informação nacionais e estrangeiros.

Chefe de Gabinete: Djauro Ramos de Oliveira; fone 223-7123.

ENTIDADES VINCULADAS

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM (DER)

SAIN, Bloco C; fone 223-8300; CEP 70610.

Diretor: Júlio Xavier Rangel.

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL (Novacap)

SIA, Trecho dos Serviços Públicos, Lote B; PABX 233-5755, fones 233-4707 e 233-4958; CEP 72200.

Superintendente: Edison Grossi de Andrade.

COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA (Terracap)

SAIN, Edifício-sede, 2.º andar; PABX 225-1636 e 225-5276, fone 226-4579; CEP 70610.

Diretor-superintendente: coronel Eni de Oliveira Castro.

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça

Praça do Buriti, Palácio da Justiça, 2.º andar; PABX 225-1850; CEP 70070.

É o órgão de segunda instância da Justiça do Distrito Federal e dos territórios (compreendidos: Rondônia, Roraima e Amapá).

Funciona em tribunal pleno e 1.º/2.º turmas. Compõe-se de dez desembargadores.

PRESIDENTE

Desembargador José Fernandes de Andrade, nascido em Diamantina, Minas Gerais, a 4 de março de 1911; fone 233-3263, ramal 200.

Vice-presidente: desembargador Juscelino José Ribeiro.

Desembargadores: Antônio Honório Pires de Oliveira Júnior, Jorge Duarte de Azevedo, José Júlio Leal Fagundes, Lúcio Batista Arantes, Mário Dante Guertera, Heládio Toledo Monteiro e Luiz Vicente Cernicchiaro.

Tribunal Regional Eleitoral

Praça do Buriti, Palácio da Justiça, 4.º andar; PABX 225-1350, fone 223-4253; CEP 70075.

PRESIDENTE

Desembargador Jorge Duarte de Azevedo.

Vice-presidente: desembargador

Antônio Honório Pires de Oliveira Júnior; fone 223-4253 e ramal 242.

Juiz federal: Dario Abranches Viotti.

Juizes de Direito: Antonio Mello Martins e Elmano Cavalcante de Farias.

Juizes juristas: Carlos Fernando Mathias de Souza e Joaquim Jair Ximenes de Aguiar.

Coordenador do TRE: desembargador Honório Pires de Oliveira Júnior.

DECISION MAKING CENTER AND NATIONAL ATTRACTION

The document of the cartographer of the State of Goiás, Francisco Rossi Colombina, suggesting the transfer of Brazil's capital from Salvador to the "goiana" region, dates back to 1759. From 1950 to 1960, year of Brasilia's inauguration, rich chronology of events involved the definite transfer of Brazil's capital to Brasilia. Saint João Bosco's prophetic dream in 1883 is part of this chronology. On August 30th of that year, Dom Bosco foresaw in his

dream a magnificent future for a region in South America and, particularly, in Brazil. In this dream, the Goiás region was clearly defined. In 1922, as part of the 7th of September celebrations, the Fundamental Stone of the new capital was inaugurated in Planaltina, in a historical decision — during the Centennial of the Independence of Brazil. In 1934, the Constitution provided for the change of the capital to the Central Plateau. Decree 32.976 of June 8, 1953, defined the

Committee for the Localization of the New Capital, an area approved in 1955 during the Government of João Café Filho. That was practically the end of an indefatigable marathon of programs, plans, and provisions for the transfer of the capital, for on April 18, 1956, the then President Juscelino Kubistschek de Oliveira submitted to the National Congress the "Letter of Anapolis", proposing among other things, the creation of the Company for the Urbanization of the New Capital of Brazil and the name of Brasilia for the new metropolis. After approved, this Message was transformed into Law no. 2.874.

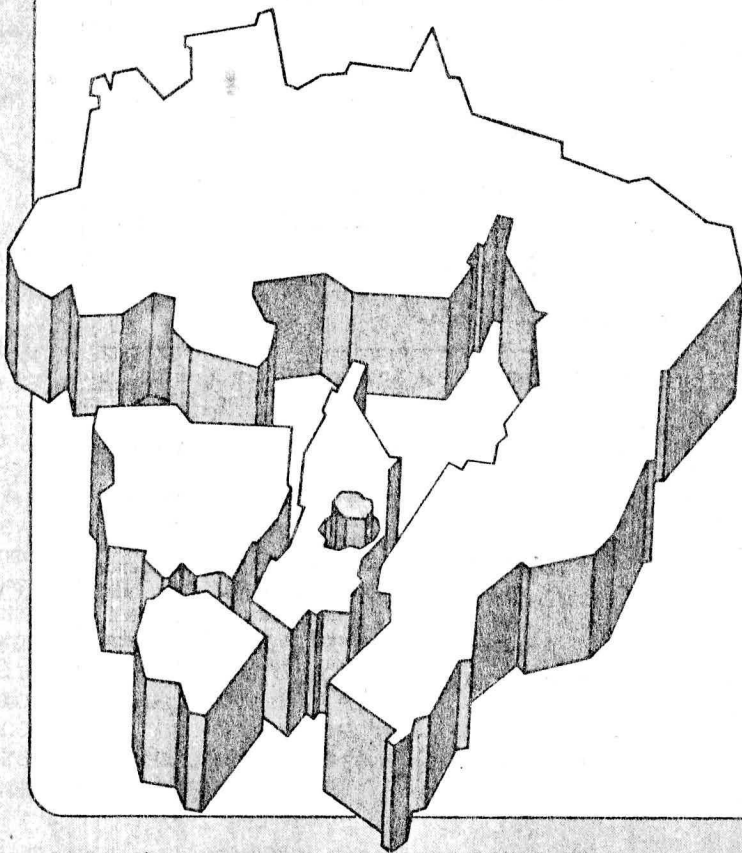
The transfer of the capital from Rio de Janeiro to Brasilia occurred twenty years ago, on April 21, 1960, in an atmosphere of joy, expectation and also certain apprehension, once the event, besides a historical and bold one, caused some embarrassment to the diverse political forces which were against the transfer.

Where, how and why

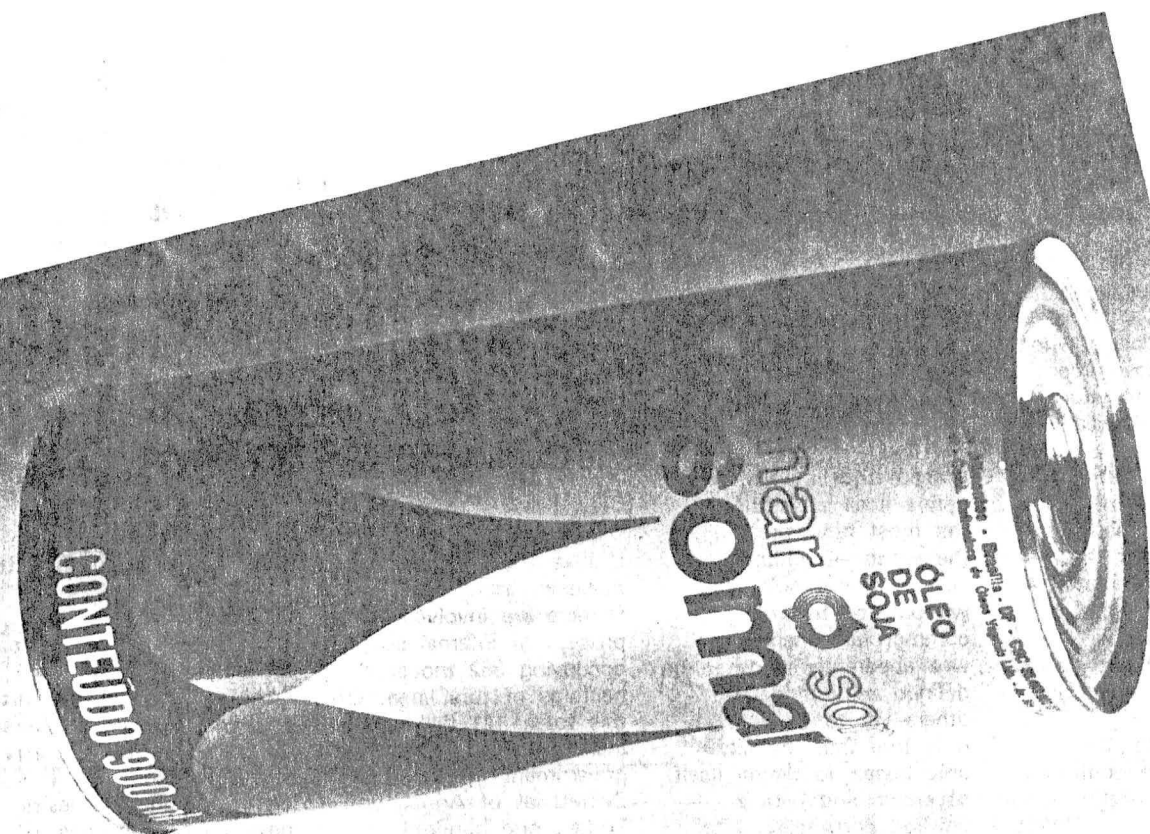
Located in the Central Plateau, the new Brazilian capital began, as of April, 1960, to make into reality the secular dream of some, and to transform into fact what many considered as only absurd

theories for years and years. To create a new city, modern, without the vices and tumults of the already known metropolises, the Brazilian government of that time was very demanding. No less than twenty six projects were submitted to NOVACAP to participate in the Concurrence which would select the city's design, its advantages and virtues. The winner of the concurrence was Architect Lucio Costa, selected by a strict committee that saw in his a simple project, capable of giving to the Brazilian capital the functionality and architectural synthesis coherent with the philosophy required for the new capital.

Professor Lucio Costa designed a Pilot Plant in the format of a plane landed on an enormous green area. He developed a project where the communities would be divided into specific sectors; in them, the privacy of the citizen would be preserved and, still, the separation of sporting, cultural, and industrial activities would be obeyed. In short, the sample city could be



Este óleo roda 8.400.000 km²



Em cima dos mercados volantes e dos mercados flutuantes da Cobal existem milhares de latinhas como esta.

Mas elas não são as únicas passageiras dos caminhões e barcaças que distribuem os alimentos da Cobal nas regiões mais distantes do país. Ao seu lado seguem também sacos de feijão, arroz, farinha, batata, macarrão, latarias, enfim tudo o que é preciso para o abastecimento das populações locais.

Cumprindo o objetivo de melhorar as condições alimentares do povo, a Cobal não limita a sua atuação às beiras das estradas ou margens dos rios. Ela age também nas periferias das cidades e zonas rurais, distribuindo gêneros com o Cestão da Economia e Açougues da Economia da Rede Somar de Abastecimento.

Atravessando Estados e Territórios, navegando em rios e desbravando estradas, a Cobal luta para que alimentos de qualidade cheguem à mesa de todos os brasileiros por preços mais baixos.

cobal

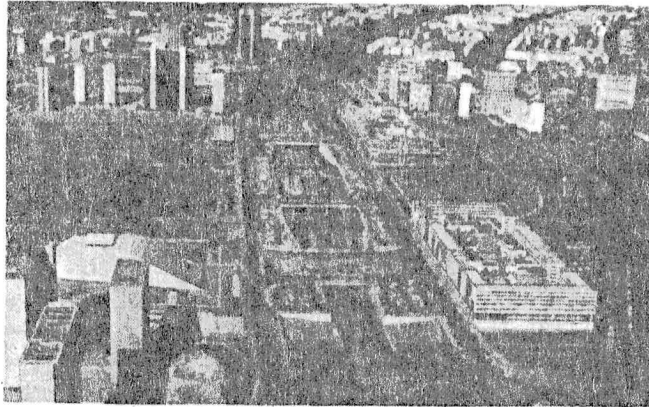
developed in accordance with its entire urban conditions, without the strangulation and suffocation characteristic of the large metropolises of the world. The urbanism of Lucio Costa and the architecture of Oscar Niemeyer began to revolutionize the world as of 1962.

For some politicians who opposed the government of that time, the transfer of the capital to Brasilia was a hurried and too adventurous an act. According to them, in spite of the defined ideas of interioration of the country, the expenditures with the transfer and the risks of a failure would lead the country to an incomensurable financial disaster.

This was maybe the biggest obstacle confronted by the Capital of the Republic. In spite of being an abstract one, it was very concrete in terms of negativism in relation to the success of an enterprise in which pioneers and unselfish public men had dedicated themselves. The rush to the West was epic.

Thousands of families left their towns, mainly from the north-northeast, in an endless rush directed towards the "El Dorado" which was being built in the center of the country. With these men and women came new customs and traditions. With these arms, the capital began to be erected, day and night, as if it were a sleeping colossus about to awake at the end of a long period. Brasilia, during a certain period, was more like a city whose history had been destroyed, and that all of a sudden began to be recomposed to soon stand up and take over, proud and sovereign, the destiny of Brazil.

After the incidents and political dissensions had



In the main city road axis, the coach boarding station.

ceased, the city began to define itself physically as the most functional in all the world. — without vices, without pollution, without the failures common to others and was apparently ready to be defined as a model for others yet to be created. It is true that the city only began to define itself, sovereign and with a finished personality, after the transfer of all the government agencies from Rio de Janeiro.

Then came the diplomatic missions, internationalizing and consolidating the Brazilian capital, even beyond borders.

The city in numbers

At the beginning of the 1980 decade, the Brazilian capital, with its twenty well lived years, can be proud of having become the youngest and more independent capital in all the world. In spite of being located in the middle-west region among the States of Goiás, Minas Gerais, and Mato Grosso, Brasilia is almost self-sufficient in its horticultural and fruit products supply. Currently, the Federal District produces around seventy per cent of the

food it consumes, and, in accordance with available data, this figure should increase during the next harvests. More than 2,500 farmers are involved in the process of internal supply, occupying 362 thousand hectares of rural area. Of this total, 121 thousand are controlled by the local government through the Secretariat of Agriculture. Today, one hundred municipalities of the neighboring states are connected to Brasilia through paved roadways which are used for the prompt flow of several harvests. With this, the geo-economic region was consolidated — a matter of honor for the local administration and one of the programs of major concern on the part of Governor Aime Lamaison. It is not by chance that Brasilia is said to be a city surrounded by trees, orchards, and farms. In this green ring which surrounds the city, large farms produce milk, cheese, and eggs — sufficient to feed the entire community.

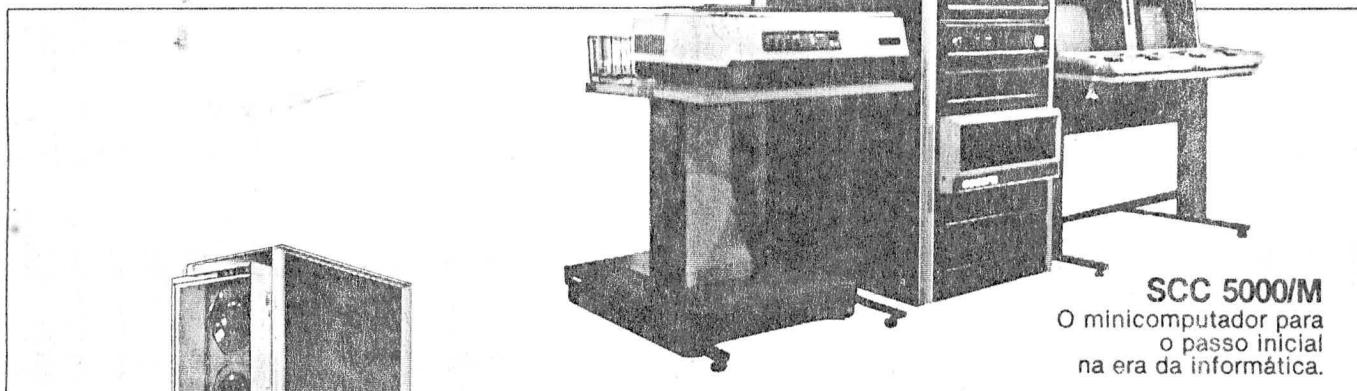
Ground and air

Far from the sea, Brasilia has in the cultural sector one of its preferred leisure activities. It is said that, due to its eclectic and multiple formation in social terms, Brasilia is predestinated to be

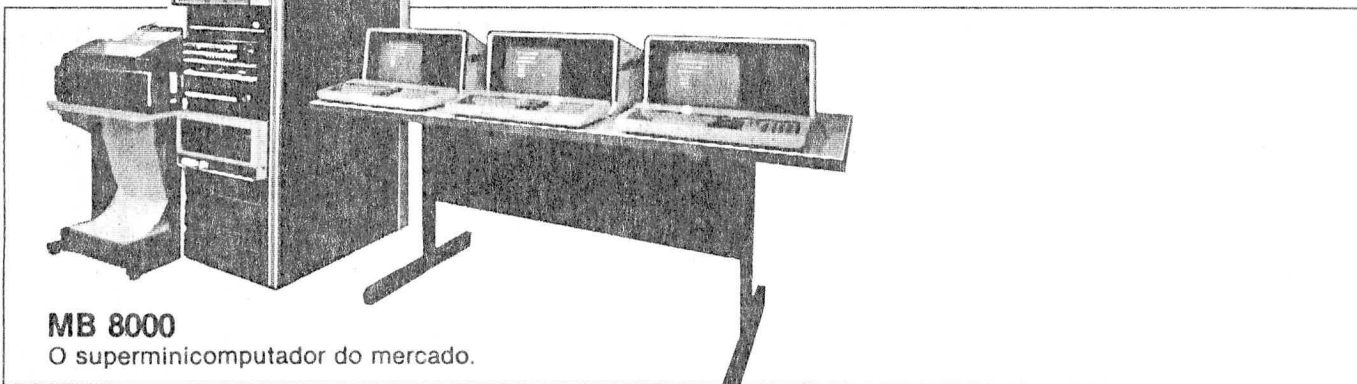
transformed into a culturally rich and diversified city. It assimilates information from all ethnic groups and the customs of the country. The University of Brasilia, one of the outstanding and best equipped in Brazil, has today nine thousand students enrolled. It conducts two entry selections of students per year. The university community is divided into four other establishments, totalling 31 thousand university students. There are four hundred eighty two elementary and high schools. Of this total, 115 belong to the official education network. In addition to these, there are schools for special teaching, civic arts, martial arts and specialized courses in foreign languages, arts and dance. Seventy eight embassies have their chanceries in Brasilia, a fact which leads one to believe that for each one of these missions, the city offers an infra-structure capable of accomplishing the more diverse requirements. In the education sector on the occasion of its twentieth anniversary, the city has its position practically defined.

Turism

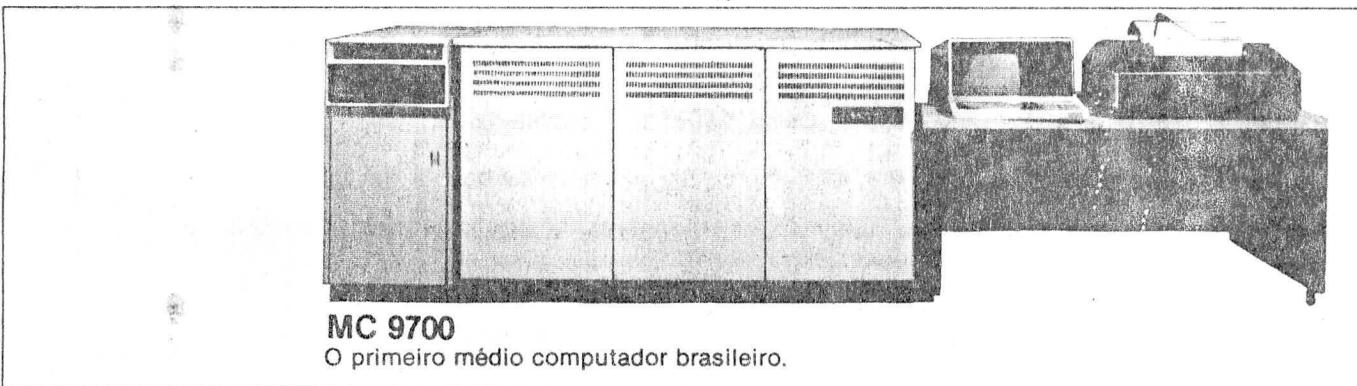
In the entire country, tourism has had in the last years a complete reprogramming, more objective and mainly more daring and bold. Brazil began to believe in its potential also in this area. Even though young and still in the process of physical evolution, Brasilia did not escape this touristic reformulation occurring in the country



SCC 5000/M
O minicomputador para
o passo inicial
na era da informática.



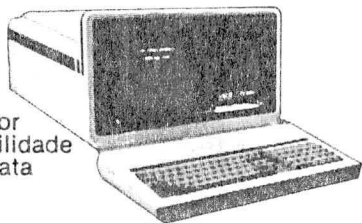
MB 8000
O superminicomputador do mercado.



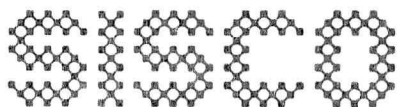
MC 9700
O primeiro médio computador brasileiro.

TECNOLOGIA BRASILEIRA DE PONTA

TV 2000
Terminal de vídeo
que pode ser
conectado a
qualquer computador
e oferece compatibilidade
com a Rede Transdata
da EMBRATEL

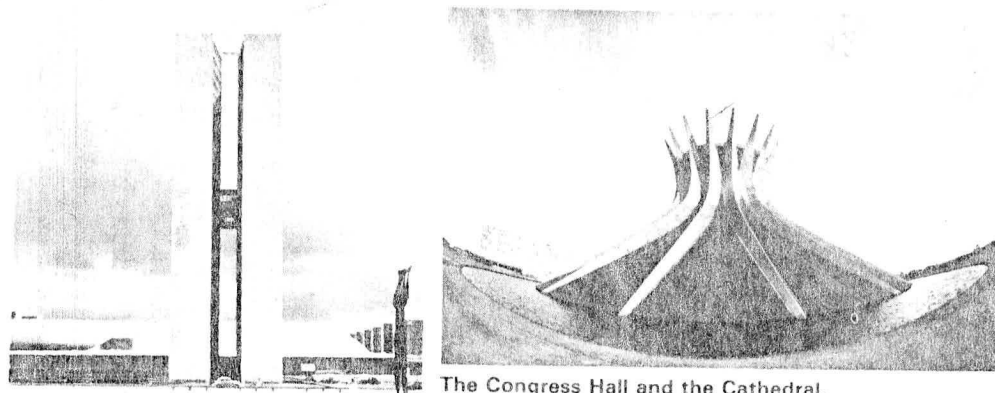


Consulte nossos representantes.



SISTEMAS E COMPUTADORES S.A.
a serviço do talento do homem

São Paulo Rua Vieira de Moraes, 1890 -
CEP 04617 - C. Postal 18971 - Telex 011 32570
SISO BR - Tel. (011) 240-9611
Rio de Janeiro Rua 19 de Fevereiro, 140 -
6º andar - CEP 22280 - Telex 021 21846 SEVL -
Tels. (021) 286-9787 e 286-1398 (direto)
Belo Horizonte Av. Getúlio Vargas, 1420 -
9º andar - CEP 30000 - Tel.: (031) 223-9464
Brasília SCS - Q/13 - Lote 62 - CEP 70000 -
Tels. (061) 225-7123 e 223-4352



The Congress Hall and the Cathedral,
two examples of Oscar Niemeyer's art

and is part of all programs in this sector as it has a fabulous landscaping of offer.

The international tourists who come to the city will, inevitably, visit the National Congress, a model of architectural work having the mark of the talent of internationally-known Oscar Niemeyer in the Cathedral of Brasília, the Justice Court, the Alvorada, Planalto, and Itamaraty Palaces, the latter being the seat of the Ministry of Foreign Relations.

These works are part of the so-called "official tour" of a truly international visit-card. But it is not only in this landscaping of concrete and steel that Brasília's tourism occurs. Options exist and are awaiting the visitor in the Sports Gymnasium, the City Park, the Arts and Crafts Fair of the TV Tower, and the Camping of Brasília.

In addition to these points, it is worthy of mention the Dom Bosco Ermitage, built on the top of a hill, prior to the beginning of the construction of the city, which is among the places of major attraction for the visitor. From its entrance door it is possible to have an almost complete panoramic view of the Paranoá Lake, which partially surrounds the pilot plan.

The Catetinho Palace, a historical monument of the

city is another attractive place. The name "Catetinho" derives from a designation of the time, an analogy of the Catete Palace, which in 1956 was the seat of the Presidency of the Republic in Rio de Janeiro. Constructed in wood, with a simple aspect and located in the middle of woods, the "Catetinho" was the first official residence of President Kubitschek and some officials, during the construction of Brasília.

This palace was transformed into a museum after the inauguration of the Alvorada Palace. It is a historical relic of the greatest value to Brasília. The bed where JK slept, his dining table, his bedroom, his furniture, and all his personal belongings are still intact and kept in the "Catetinho".

The Itiquira falls, Cristalina, Formosa, and other old towns of the State of Goiás complement the tour of Brasília, which by itself constitutes a monument that calls the attention of all visitors for its special characteristics.

Satellites of the new capital

According to the prevision

of Urbanist Lucio Costa, the pilot plan of Brasília would be surrounded by sleeping-cities called "satellite cities". They should be initiated, or dynamized, when the pilot plan of Brasília had been completely dwelled and with its occupational areas taken.

The development of these satellites, however, was accelerated, surprising its planners. The migratory flow and the social problems generated by the excess of human contingent coming to Brasília in search of work anticipated the beginning of the construction of many of them. Currently, Brasília has eight satellite cities, each one having its own regional administration subordinated to the Federal District Government, responsible for their activities. They were planned by experts involved in the project of Brasília and, therefore, keep the same patterns for the outcome of a similar performance. Divided into sectors, they have a complete educational, sanitary, and medical-hospital infrastructure and are totally independent. In conjunction, the satellite cities represent more than two thirds of the population of the Federal District and from them come large part of the manpower employed in the pilot plan. The largest is

Taguatinga, with 300 thousand inhabitants and an area of 25 thousand square kilometers. In addition to Taguatinga, Sobradinho, Gama, Ceilândia, Planaltina — a centennial town of Goiás incorporated to the Federal District — Brazlândia, Núcleo Bandeirante, and Guará integrate this complex of satellites which are the real support of the Capital of the Republic in its diverse sectors of activities.

They are connected to Brasília by paved roads and have a complete infrastructure for servicing their populations in all areas.

Brasília today

the Federal District occupies a total area of 5,800 square kilometers, with a population estimated at approximately 1,300,000 inhabitants. This means that Brasília's region is densely occupied, continuing to play a role of migratory attraction, being a polarizing center of services and a consumer of raw materials and products.

As it is a capital where the economic activity gravitates around the federal and local public sectors, and is largely dependent upon other territorial areas in terms of supplies, its implantation generated a visible regional unbalance due to the fact that the peripheral cities were not in a condition to support the sudden growth of the consumer market. Another negative aspect was the excessive demand for construction which, when discontinued, resulted in a high unemployment level, thus creating a marginal population.